



Por determinação de Sua Excelência a Presidente da A.R. DRATS

31/07/2015
publicadas

31/07/2015

Assembleia da República Gabinete da Presidente
Nº de Entrada <u>531628</u>
Classificação _____
Data <u>31/07/2015</u>

**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

A DRATS
p/ publicadas.

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA
PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA DA
REPÚBLICA**
Original à
A Comissão
2015-07-31
C

Ofício n.º 994/XII/1.ª – CACDLG /2015

Data: 31-07-2015

ASSUNTO: Relatório de Atividades da 4.ª Sessão Legislativa da XII Legislatura.

Nos termos do n.º 3 do artigo 108.º do Regimento da Assembleia da República, junto envio a Vossa Excelência relatório de atividades da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias referente à 4.ª sessão legislativa da XII Legislatura, aprovado por unanimidade, na ausência do BE e do PEV, na reunião de 30 de julho de 2015.

Com os melhores cumprimentos,

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,

(Fernando Negrão)

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Divisão de Apoio às Comissões
CACDLG
N.º Ofício 531628
Data 31/7/15

Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias
Assembleia da República – Palácio de São Bento
1249-068 Lisboa

Tel. 21 391 92 91/96 67 / Fax: 21 393 69 41 / E-mail: Comissao.1A-CACDLGXII@ar.parlamento.pt



COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Relatório de Atividades

*(aprovado em 30 de julho de
2015)*

XII Legislatura

4.ª Sessão Legislativa

ÍNDICE

1. Introdução
2. Reuniões CACDLG
3. Organização Interna
4. Iniciativas legislativas
6. Outros pareceres/relatórios
7. Petições
8. Audições
9. Audiências
10. Eventos
11. Deslocações/ Representações
12. Subcomissão de Igualdade
13. Grupos de Trabalho

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

1. Introdução

Estando a terminar a 4.^a Sessão Legislativa da XII Legislatura cabe, nos termos regimentais, fazer um relatório da atividade desenvolvida pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias.

Atividade legislativa

A 4.^a Sessão Legislativa foi um período de extensos debates nas áreas suscitadas pela apresentação das **111 iniciativas legislativas** de cuja apreciação a Comissão foi incumbida e que deram origem à aprovação de **53** Leis da Assembleia da República (nesta data, algumas das quais ainda sob a forma de Decreto da Assembleia da República), destacando-se as seguintes matérias: alteração da Lei Eleitoral da Assembleia da República, adaptando-a à nova organização do sistema judiciário; a nova Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP); alteração da Lei que criou o cartão de cidadão; o regime jurídico da atividade de guarda-noturno; alteração da Lei-Quadro das Fundações; alteração do Código Penal, designadamente em matéria de proteção do ambiente, de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menores, de autonomização do crime de mutilação genital feminina e criação dos crimes de perseguição e casamento forçado, alteração dos crimes de violação, coação sexual e importunação sexual, em cumprimento das Convenções de Lanzarote e de Istambul; cumprimento das recomendações dirigidas a Portugal em matéria de corrupção pelo GRECO; alteração do Código Penal e do Código Civil, em matéria de indignidade sucessória; alteração do regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas; aprovação do regime jurídico da cobertura jornalística em período eleitoral; alteração da Lei de Bases da Proteção Civil; Lei de financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros; autorização legislativa de revisão da legislação administrativa; Lei de definição de prioridades e objetivos de política criminal; alteração da Lei da Nacionalidade e da Lei da Imigração e de vários outros diplomas legais (Lei de Segurança Interna, Lei de Organização da Investigação Criminal, Lei de Combate ao Terrorismo e outros), tudo em matéria de combate ao terrorismo; alteração da Lei da Nacionalidade em matéria de nacionalidade originária; alteração da Lei que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal; aprovação da Lei que estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal; alteração do Código do Direito de Autor e dos

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Direitos Conexos; aprovação do Regime Jurídico do Referendo Regional na Região Autónoma dos Açores; aprovação do regime jurídico da emissão e transmissão entre Portugal e os outros Estados membros da União Europeia de decisões que apliquem medidas de proteção; aprovação do Estatuto da Vítima; alteração ao Código Civil em matéria de responsabilidades parentais e de alimentos devidos a filhos maiores; aprovação dos Estatutos das Ordens dos Advogados, dos Solicitadores e Agentes de Execução e dos Notários; transposição de Diretiva sobre a resolução alternativa de litígios de consumo; aprovação do novo regime jurídico da adoção e do regime geral do processo tutelar cível, bem como a alteração da Lei de proteção de crianças e jovens em perigo.

Das **126** iniciativas legislativas apreciadas, uma pequena parte não chegou a merecer parecer da Comissão, por ter baixado em data coincidente com a da sua apreciação em Plenário ou sem a antecedência mínima suficiente. Tratou-se de um número pouco significativo de iniciativas, pois que a Comissão sempre procurou emitir parecer sobre todas as iniciativas, mesmo em situações de prazos regimentais reduzidos.

Tal situação veio, aliás, confirmar uma preocupação que já havia sido expressa nas anteriores sessões legislativas, relativa à necessidade de cumprimento dos prazos estritos para a apreciação de iniciativas legislativas previstos no Regimento de 2007, designadamente para a elaboração, pela Comissão competente, do parecer prévio à sua discussão e votação, na generalidade, em Plenário.

Com efeito, se é verdade que o RAR admite o *“consenso estabelecido na Conferência de Líderes no sentido de a discussão em comissão parlamentar ou em reunião plenária poder ter lugar com dispensa dos prazos estabelecidos”*, os agendamentos urgentes das iniciativas legislativas surgem em prejuízo da boa qualidade das leis. Tal celeridade não só não permite, em alguns casos, e dificulta, noutros, a elaboração de notas técnicas pelos serviços da AR, como dificulta à Comissão a apreciação da iniciativa, a consulta pública das entidades interessadas, a elaboração do parecer, que o RAR impõe que seja *“devidamente fundamentado”*, o debate atempado e informado e a consequente decisão legislativa que, para além dos critérios políticos, não pode deixar de ser uma decisão informada.

Parece ser este, pois, o grande desafio que a Assembleia da República enfrenta no que toca à qualidade da legislação: mais do que o cuidado na constituição de estruturas de reflexão sobre a simplificação legislativa ou a promoção de debates públicos que

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

permitam encontrar soluções para a falta de qualidade ou para a proliferação legislativas, importaria começar pelo princípio, permitindo-se o legislador parlamentar a si mesmo o tempo necessário para a análise e maturação reflexiva necessárias à boa produção legislativa. O cumprimento dos prazos regimentais, salvo ponderosas circunstâncias de oportunidade política, constituiria um primeiro e significativo passo para uma produção legislativa mais consciente, mais ponderada, mais cuidadosa e, portanto, mais segura.

Atividade fiscalizadora

Tendo em vista a apreciação e discussão das matérias objeto das iniciativas apreciadas, e também no âmbito do seu poder de fiscalização da atividade do Governo, a Comissão ouviu, para além dos membros do Governo com competência naquelas áreas, diversas outras entidades especializadas nas matérias em causa ou representativas dos sectores envolvidos.

No âmbito da sua competência de acompanhamento das políticas relativas à Justiça, à Administração Interna e à Igualdade, a Comissão procedeu à audição dos membros do Governo competentes (a que se refere o n.º 2 do artigo 104.º do RAR e às motivadas por requerimento) e de outras entidades, em diferentes áreas temáticas, quer por incumbência legal quer a requerimento dos Grupos Parlamentares.

Das 59 audições realizadas na Comissão e das cerca de 12 realizadas em Subcomissão e 15 em grupos de trabalho, para além das dos membros do Governo, destacam-se as de entidades representativas dos profissionais de Comunicação Social, acerca da cobertura jornalística das campanhas eleitorais; dos representantes institucionais das Ordens dos Advogados e Notários e da Câmara dos Solicitadores, sobre os seus projetos de Estatuto; da Procuradora-Geral da República; do Provedor de Justiça, incluindo na sua qualidade de Mecanismo Nacional de Prevenção da Tortura; vários académicos e especialistas, em audições sobre alterações ao Código Penal em matéria de violência doméstica e crimes sexuais e sobre enriquecimento injustificado; do Conselho de Fiscalização do SIRP; de várias entidades representativas do setor dos direitos de autor e direitos conexos.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Das **8** audições realizadas em sede de Subcomissão, destacam-se as realizadas sob o tema “igualdade de género em tempos de crise”, avaliação das lies de combate à violência doméstica e todas as formas de violência sobre crianças, idosos e mulheres.

A Comissão, o Presidente, ou um grupo de Deputados, concederam **10 audiências**, tendo a Subcomissão concedido **3**.

Aproximação aos cidadãos: petições, correspondência, visitas

No que concerne às **26 petições** apreciadas pela Comissão, foi concluída a totalidade das petições pendentes, incluindo as que haviam transitado da 3.ª sessão legislativa; todas tendo suscitado diligências de informação e algumas com audição obrigatórias dos peticionantes, transitando apenas para a próxima Legislatura uma petição, que foi admitida já no final de junho de 2015.

A Comissão procurou desburocratizar o tratamento do expediente recebido, tendo apreciado vários documentos (na ordem dos mil documentos), muitos dos quais contendo verdadeiras queixas ou reclamações, correspondendo à perceção de que a apreciação daquelas exposições se traduz num esforço de aproximação do poder político aos cidadãos, permitindo, em muitos casos, não só contribuir para resolver problemas individuais, como também detetar eventuais deficiências legislativas nas áreas de ação da Comissão.

A Comissão fez-se representar em **37** eventos externos, tendo promovido **uma visita de trabalho** ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I.P., a propósito do sistema CITIUS, tendo **a Subcomissão de Igualdade realizado uma visita de trabalho a Coimbra, ao Centro de Prevenção e Tratamento do Trauma Psicogénico da Unidade Sobral Cid** - Serviço de Violência Familiar, para Apresentação dos projetos do Centro de Prevenção e Tratamento do Trauma Psicogénico (inclui a Unidade de Violência Familiar) e Discussão com a participação do Grupo "Violência: Informação, Investigação, Intervenção", da Rede Escola contra a Violência.

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Acompanhamento dos assuntos europeus

A Comissão intensificou o acompanhamento de iniciativas legislativas e não legislativas europeias, através da emissão de **21 relatórios**, de acordo com a metodologia resultante do Tratado de Lisboa e da alteração, em 2012, da Lei n.º 43/2006.

No âmbito do acompanhamento dos assuntos europeus, a Comissão participou ainda em reuniões interparlamentares dos parlamentos nacionais dos Estados Membros e do Parlamento Europeu, em Bruxelas, designadamente sobre a fiscalização democrática dos serviços de inteligência da União Europeia e sobre o “Smart Borders Package”.

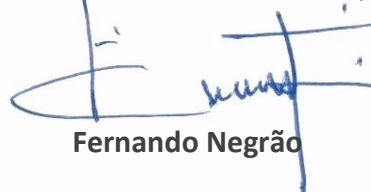
Eventos

Entre as reuniões realizadas na 4.ª sessão, contam-se a cerimónia de entrega do Prémio Direitos Humanos 2014, promovida pela Comissão e dois colóquios sobre a base de dados de perfis de ADN, bem como a apresentação do “Estudo sobre a feitura das leis” e uma conferência interparlamentar sobre armas leves, coorganizada com a Comissão de Defesa Nacional e o Parliamentary Forum on Small Arms and Light Weapons.

Podem ser consultadas em www.parlamento.pt, na hiperligação da [Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias \(CACDLG\)](#), as seguintes informações:

- ✓ [Competências da Comissão;](#)
- ✓ [Plano de atividades para a 4.ª SL da XII Legislatura](#)

O Presidente da Comissão,



Fernando Negrão

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Descrição das atividades desenvolvidas

2. Reuniões CACDLG

Mês	Dia	Total
Setembro de 2014	16,17, 23 (2) e 24	5
Outubro de 2014	1, 8, 9, 15, 21, 22, 29 e 31	8
Novembro de 2014	4 (2), 5, 11, 12, 26 e 27	7
Dezembro de 2014	3, 10 (2), 16 (2), 17 e 19 (2)	8
Janeiro de 2015	7, 14, 21, 28, 29 e 30	6
Fevereiro de 2015	4, 11, 18, 19 e 25	5
Março de 2015	4, 11, 18 (2) e 25	5
Abril de 2015	1, 7, 8 (3), 14, 15, 22, 28 e 29	10
Mai de 2015	5, 6, 12, 13 (2), 20, 26 e 27	8
Junho de 2015	2, 3, 4, 9 (2), 11, 16, 17 (2), 18, 23 (2), 24 e 30 (3)	16
Julho de 2015	1, 9, 14 (2), 16, 17 e 30	7
Total		85

As atas das reuniões da Comissão podem ser consultadas [aqui](#)

**Quadro global de presenças/ausências relativo aos períodos compreendidos
entre
16 de setembro de 2014 a 30 de julho de 2015**

Comissão e GP		Total de Presenças*	Faltas Justificadas	Faltas Injustificadas	Trabalho Parlamentar	Total de Ausências	Total de reuniões
1.ª CACDLG	PSD	841	168	12	47	228	85
	PS	527	75	25	31	134	
	CDS-PP	120	33	7	16	56	
	PCP	68	7	2	15	24	
	BE	64	9	1	8	18	
	PEV	17	39	2	21	62	
	Totais	1637	331	49	138	522	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

3. Organização Interna

A CACDLG é [composta](#) por 23 Deputados efetivos e 22 Deputados suplentes, abaixo indicados

MEMBROS EFETIVOS	
Fernando Negrão, <i>Presidente</i> Filipe Neto Brandão, <i>Vice-Presidente</i> Telmo Correia, <i>Vice-Presidente e Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PSD PS CDS/PP
Andreia Neto Carlos Peixoto Francisca Almeida Hugo Lopes Soares Hugo Velosa, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i> João Lobo Maria Paula Cardoso Paulo Rios de Oliveira Paulo Simões Ribeiro Teresa Leal Coelho	PSD
António Gameiro Isabel Alves Moreira Isabel Oneto Jorge Lação José de Magalhães Luís Pita Ameixa, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PS
Teresa Anjinho	CDS-PP
António Filipe, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PCP
Cecília Honório, <i>Coordenadora do Grupo Parlamentar (*)</i>	BE
José Luís Ferreira, <i>Coordenador do Grupo Parlamentar</i>	PEV

MEMBROS SUPLENTE	
António Rodrigues Carla Rodrigues Carlos Abreu Amorim Correia de Jesus Guilherme Silva Luís Montenegro Margarida Almeida Mónica Ferro Nilza de Sena Nuno Sá Costa	PSD

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Alberto Costa Ana Catarina Mendonça Mendes António Braga Elza Pais Ferro Rodrigues Maria de Belém Roseira Pedro Delgado Alves	PS
Filipe Lobo D'Ávila Nuno Magalhães	CDS-PP
João Oliveira	PCP
Luís Fazenda	BE
Heloísa Apolónia	PEV

Verificaram-se as seguintes alterações na composição da CACDLG:

- 15 de Novembro de 2014 - o Grupo Parlamentar do PS solicitou a cessação na Comissão do Deputado Marcos Perestrello, como membro suplente, indicando o Deputado Ferro Rodrigues.
- 1 de dezembro de 2014 – o Grupo Parlamentar do PSD solicitou a cessação na Comissão do Deputado Mendes Bota, como membro suplente (Renuncia)
- (*) 1 de Julho de 2015 – Renúncia ao mandato da Deputada Cecília Honório, cessando na Comissão como membro efetivo.

4. Iniciativas legislativas

Baixaram à CACDLG, na 4.^a Sessão Legislativa, 111 iniciativas legislativas (49 Propostas de Lei / 61 Projetos de Lei / 9 Projetos de Resolução e 2 Propostas de Resolução)

PROPOSTAS DE LEI

Baixaram na 4.^a Sessão Legislativa 49 (35 da competência da 1.^a Comissão e 14 em conexão)

Apreciadas:

- **39 Concluídas (1 da 2.^a SL, 3 da 3.^a SL e 35 da 4.^a SL);**
- **14 Baixaram à Comissão em Conexão**
- **0 Pendentes**

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Concluídas (39)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
162/XII/2. ^a (ALRAA)	Estabelece o Regime do Referendo Regional.	09-07-2013	Deputado Ricardo Rodrigues (PS) 10-07-2013	Lei Orgânica 2/2015
240/XII/3. ^a (GOV)	Procede à vigésima primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 15/93, de 22 de janeiro, que aprova o regime jurídico aplicável ao tráfico e consumo de estupefacientes e substâncias psicotrópicas, aditando a substância alfa-fenilacetoacetoneitrilo à tabela anexa V.	10-07-2014	Deputada Elza Pais a 16-07-2014	Lei 77/2014
241/XII/3. ^a (GOV)	Aprova o regime jurídico específico aplicável ao Centro de Análise e Operações Marítimas -Narcóticos, estabelecido por Acordo aprovado pela Resolução da Assembleia da República n.º 2/2009, de 2 de fevereiro, nomeadamente no que respeita às prerrogativas atribuídas às suas instalações em território português	24-07-2014	Deputado José Magalhães (PS) a 25-07-2014	Lei 78/2014
245/XII/3. ^a (GOV)	Regula as entidades de gestão coletiva do direito de autor e dos direitos conexos, inclusive quanto ao estabelecimento em território nacional e à livre prestação de serviços das entidades previamente estabelecidas noutro Estado-Membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu.	02-09-2014	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) a 10-09-2014	Lei 26/2015
253/XII/4. ^a (GOV)	Aprova as Grandes Opções do Plano para 2015	15-10-2014	Deputado Luís Pita Ameixa (PS) a 15-10-2014	22-10-2014 / Enviado à 5. ^a Comissão o parecer Aprovado em 22.10.2014 Lei n.º 82-A/2014
254/XII/4. ^a (GOV)	Aprova o Orçamento do Estado para 2015	15-10-2014	Deputado Carlos Peixoto (PSD) <u>Justiça</u> / Deputado Filipe Neto Brandão (PS) <u>Administração Interna</u> / Deputada Carla Rodrigues (PSD) <u>Igualdade</u> (em 15.10.2014)	22-10-2014 / Enviado à 5. ^a Comissão os pareceres da <u>Justiça</u> , <u>Administração Interna</u> e <u>Igualdade</u> Lei 82-B/2014

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
263/XII/4. ^a (GOV)	Procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 299/99, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de dezembro	24-11-2014	Deputado Luís Pita Ameixa (PS) a 26-11-2014	Lei 27/2015
271/XII/4. ^a (GOV)	Procede à primeira alteração à Lei n.º 65/2003, de 23 de agosto, em cumprimento da Decisão-Quadro n.º 2009/299/JAI, do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro n.ºs 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido.	14-01-2015	Deputado António Gameiro (PS) em 22-01-2015	Lei 35/2015
272/XII/4. ^a (GOV)	Estabelece o regime jurídico da emissão, do reconhecimento e da fiscalização da execução de decisões sobre medidas de coação em alternativa à prisão preventiva, bem como da entrega de uma pessoa singular entre Estados-membros no caso de incumprimento das medidas impostas, transpondo a Decisão-Quadro n.º 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009.	14-01-2015	Deputado António Filipe (PCP) a 21-01-2015	Lei 36/2015
273/XII/4. ^a (GOV)	Procede à primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, e à segunda alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal.	14-01-2015	Deputado António Gameiro (PS) em 22-01-2015	Lei 38/2015

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
274/XII/4. ^a (GOV)	Estabelece os princípios gerais que regem a organização e o funcionamento da identificação criminal, transpondo para a ordem jurídica interna a Decisão-Quadro n.º 2009/315/JAI do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, relativa à organização e ao conteúdo do intercâmbio de informações extraídas do registo criminal entre os Estados-Membros, e revoga a Lei n.º 57/98, de 18 de agosto.	14-01-2015	Deputada Cecília Honório (BE) a 21-01-2015	Lei 37/2015
279/XII/4. ^a (GOV)	Procede à vigésima segunda alteração ao Código de Processo Penal, atualizando a definição de terrorismo	20-02-2015	Deputado Jorge Lacão (PS) a 25-02-2015	Lei 58/2015
280/XII/4. ^a (GOV)	Procede à sexta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade), fixando novos fundamentos para a concessão da nacionalidade por naturalização e para oposição à aquisição da nacionalidade portuguesa	20-02-2015	Deputado Jorge Lacão (PS) a 25-02-2015	Lei Orgânica 8/2015
281/XII/4. ^a (GOV)	Procede à segunda alteração à Lei n.º 101/2001, de 25 de agosto, que estabelece o regime jurídico das ações encobertas para fins de prevenção e investigação criminal, permitindo que sejam incluídos nas ações encobertas todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo.	20-02-2015	Deputado Jorge Lacão (PS) a 25-02-2015	Lei 61/2015
282/XII/4. ^a (GOV)	Procede à quinta alteração à Lei n.º 5/2002, de 11 de janeiro, que estabelece medidas de combate à criminalidade organizada e económico-financeira, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo.	20-02-2015	Deputado Jorge Lacão (PS) a 25-02-2015	Lei 55/2015

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
283/XII/4.ª (GOV)	Procede à quarta alteração à Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto (Lei de combate ao terrorismo), criminalizando a apologia pública e as deslocações para a prática do crime de terrorismo.	20-02-2015	Deputado Jorge Lacão (PS) a 25-02-2015	Lei 60/2015
284/XII/4.ª (GOV)	Procede à segunda alteração à Lei n.º 23/2007, de 11 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional, modificando os fundamentos para a concessão e cancelamento de vistos e para a aplicação da pena acessória de expulsão.	20-02-2015	Deputado Jorge Lacão (PS) a 25-02-2015	Lei 56/2015
285/XII/4.ª (GOV)	Procede à terceira alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal, de modo a abranger todos os ilícitos criminais relacionados com o terrorismo	20-02-2015	Deputado Jorge Lacão (PS) a 25-02-2015	Lei 57/2015
286/XII/4.ª (GOV)	Procede à primeira alteração à Lei n.º 53/2008, de 29 de agosto, que aprova a Lei de Segurança Interna, modificando a composição do Conselho Superior de Segurança Interna e a organização e o funcionamento da Unidade de Coordenação Antiterrorista.	20-02-2015	Deputado Jorge Lacão (PS) a 25-02-2015	Lei 59/2015
288/XII/4.ª (GOV)	Procede à terceira alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional	04-03-2015	Deputado Carlos Peixoto (PSD) a 04-03-2015	Lei 63/2015
305/XII/4.ª (GOV)	Procede à 36.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo a Diretiva n.º 2011/93/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, e cria o sistema de registo de identificação criminal de condenados pela prática de crimes contra a autodeterminação sexual e a liberdade sexual de menor	19-03-2015	Deputada Isabel Oneto (PS) a 25-03-2015	Decreto da Assembleia 395/XII

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
308/XII/4. ^a (GOV)	Transforma a Câmara dos Solicitadores em Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, e aprova o respetivo Estatuto, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais	25-03-2015	Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) a 1-04-2015	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
309/XII/4. ^a (GOV)	Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Advogados, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais	25-03-2015	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 1-04-2015	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
310/XII/4. ^a (GOV)	Altera o Estatuto da Ordem dos Notários, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 27/2004, de 4 de fevereiro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, e procede à alteração do Estatuto do Notariado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2004, de 4 de fevereiro	25-03-2015	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) a 1-04-2015	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
314/XII/4. ^a (GOV)	Estabelece o regime jurídico da emissão e transmissão entre Portugal e os outros Estados-Membros da União Europeia de decisões que apliquem medidas de proteção, transpondo a Diretiva n.º 2011/99/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à decisão europeia de proteção	31-03-2015	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) a 08-04-2015	Lei 71/2015
318/XII/4. ^a (GOV)	Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2015-2017, em cumprimento da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei-Quadro da Política Criminal	14-04-2015	Deputado Jorge Lacão (PS) a 22-04-2015	Lei 72/2015

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
319/XII/4.ª (GOV)	Procede à segunda alteração à Lei n.º 27/2006, de 3 de julho, que aprova a Lei de Bases da Proteção Civil.	14-04-2015	Deputado Isabel Oneto (PS) a 22-04-2015	Decreto da Assembleia 380/XII
324/XII/4.ª (GOV)	Procede à terceira alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas.	13-05-2015	Deputada Elza Pais (PS) em 20-05-2015	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
325/XII/4.ª (GOV)	Procede à 37.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, transpondo integralmente as Diretivas n.ºs 2008/99/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de novembro de 2008, relativa à proteção do ambiente através do direito penal, e 2009/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de outubro de 2009, que altera a Diretiva n.º 2005/35/CE relativa à poluição por navios e à introdução de sanções em caso de infrações	13-05-2015	Deputada Isabel Oneto (PS) em 20-05-2015	Decreto da Assembleia 381/XII
327/XII/4.ª (GOV)	Define as regras do financiamento das Associações Humanitárias de Bombeiros, no continente, enquanto entidades detentoras de corpos de bombeiros.	13-05-2015	Deputada Isabel Oneto (PS) em 20-05-2015	Decreto da Assembleia 393/XII
331/XII/4.ª (GOV)	Autoriza o Governo a rever o Código de Processo nos Tribunais Administrativos, o Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais, o Código dos Contratos Públicos, o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação, a Lei de Participação Procedimental e de Ação Popular, o Regime Jurídico da Tutela Administrativa, a Lei de Acesso aos Documentos Administrativos e a Lei de Acesso à Informação sobre Ambiente	20-05-2015	Não foi emitido parecer por ter baixado e se encontrar agendado para Plenário	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
335/XII/4. ^a (GOV)	Transpõe a Diretiva n.º 2013/11/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de maio de 2013, sobre a resolução alternativa de litígios de consumo, estabelece o enquadramento jurídico dos mecanismos de resolução extrajudicial de litígios de consumo	27-05-2015	Deputado António Gameiro (PS) em 03-06-2015	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
337/XII/4. ^a (GOV)	Aprova o regime jurídico da transmissão e execução de sentenças em matéria penal que imponham penas de prisão ou outras medidas privativas da liberdade, para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia, bem como o regime jurídico da transmissão e execução de sentenças e de decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas, transpondo as Decisões-Quadro n.ºs 2008/909/JAI, do Conselho, e 2008/947/JAI, do Conselho, ambas de 27 de novembro de 2008.	29-05-2015	Deputada Isabel Oneto (PS) em 03-06-2015	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
338/XII/4. ^a (GOV)	Aprova o Regime Geral do Processo Tutelar Cível.	29-05-2015	Comunicado na reunião da CACDLG de 03-06-2015 tendo sido deliberado a não emissão de Parecer	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
339/XII/4. ^a (GOV)	Procede à segunda alteração à Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1 de setembro	29-05-2015	Comunicado na reunião da CACDLG de 03-06-2015 tendo sido deliberado a não emissão de Parecer	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
340/XII/4. ^a (GOV)	Altera o Código Civil e aprova o Regime Jurídico do Processo de Adoção.	29-05-2015	Comunicado na reunião da CACDLG de 03-06-2015 tendo sido deliberado a não emissão de Parecer	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
342/XII/4.ª (GOV)	Altera o Código Civil, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 47 344, de 25 de novembro de 1966, e procede à primeira alteração à Lei-Quadro das Fundações, aprovada pela Lei n.º 24/2012, de 9 de julho.	05-06-2015	Deputado Luís Pita Ameixa (PS) em 09-06-2015	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
343/XII/4.ª (GOV)	Procede à 23.ª alteração ao Código de Processo Penal e aprova o Estatuto da Vítima, transpondo a Diretiva n.º 2012/29/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro n.º 2001/220/JAI, do Conselho, de 15 de março de 2001.	11-06-2015	Deputado Jorge Lacão (PS) a 17-06-2015	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
345/XII/4.ª (GOV)	Aprova o regime do Sistema de Informações da República Portuguesa	12-06-2015	Deputado Jorge Lacão (PS) a 17-06-2015	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG

Propostas de Lei que baixaram à 1.ª Comissão em conexão (14)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
250/XII/4.ª (GOV)	Procede à revisão do regime jurídico do arrendamento urbano, alterando o Código Civil, a Lei n.º 6/2006, de 27 de fevereiro, o Decreto-Lei n.º 157/2006, de 8 de agosto, e o Decreto-Lei n.º 158/2006, de 8 de agosto.	03-10-2014 Competente a 11.ª (CAOTLP) em conexão com a 1.ª (CACDLG)	Comunicado na reunião de 08-10-2014 tendo sido deliberado não efetuar mais nenhum procedimento por ser competente a 11.ª (CAOTLP)	Aguarda-se eventual pedido de parecer por parte da 11.ª Comissão

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
291/XII/4.ª (GOV)	Transforma a Câmara dos Despachantes Oficiais em Ordem dos Despachantes Oficiais e altera o respetivo Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 173/98, de 26 de junho, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais bem como parecer da Câmara dos Despachantes Oficiais.	19-03-2015 Competente a 10.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão	Comunicado na reunião de 25-03-2015 tendo sido deliberado redigir of.º (n.º 377) ao GPAR no sentido de que não deve ser suscitada a intervenção da 1.ª Comissão para apreciação desta iniciativa	Despacho favorável GPAR em 25-03-2015
292/XII/4.ª (GOV)	Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais bem como parecer da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.	19-03-2015 Competente a 10.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão	Comunicado na reunião de 25-03-2015 tendo sido deliberado redigir of.º (n.º 377) ao GPAR no sentido de que não deve ser suscitada a intervenção da 1.ª Comissão para apreciação desta iniciativa	Despacho favorável GPAR em 25-03-2015
293/XII/4.ª (GOV)	Transforma a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas em Ordem dos Contabilistas Certificados, e altera o respetivo Estatuto, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais bem como parecer da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas.	19-03-2015 Competente a 10.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão	Comunicado na reunião de 25-03-2015 tendo sido deliberado redigir of.(n.º 377) ao GPAR no sentido de que não deve ser suscitada a intervenção da 1.ª Comissão para apreciação desta iniciativa.	Despacho favorável GPAR em 25-03-2015
294/XII/4.ª (GOV)	Altera o Estatuto da Ordem dos Economistas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 174/98, de 27 de junho, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais	19-03-2015 Competente a 10.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão	Comunicado na reunião de 25-03-2015 tendo sido deliberado redigir of.(n.º 377) ao GPAR no sentido de que não deve ser suscitada a intervenção da 1.ª Comissão para apreciação desta iniciativa.	Despacho favorável GPAR em 25-03-2015

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
295/XII/4. ^a (GOV)	Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Arquitetos, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais	19-03-2015 Competente a 10. ^a Comissão em conexão com a 1. ^a Comissão	Comunicado na reunião de 25-03-2015 tendo sido deliberado redigir of.(n.º 377) ao GPAR no sentido de que não deve ser suscitada a intervenção da 1. ^a Comissão para apreciação desta iniciativa.	Despacho favorável GPAR em 25-03-2015
296/XII/4. ^a (GOV)	Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Biólogos, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais	19-03-2015 Competente a 10. ^a Comissão em conexão com a 1. ^a Comissão	Comunicado na reunião de 25-03-2015 tendo sido deliberado redigir of.(n.º 377) ao GPAR no sentido de que não deve ser suscitada a intervenção da 1. ^a Comissão para apreciação desta iniciativa.	Despacho favorável GPAR em 25-03-2015
297/XII/4. ^a (GOV)	Aprova o Estatuto da Ordem dos Médicos Dentistas, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais	19-03-2015 Competente a 10. ^a Comissão em conexão com a 1. ^a e 9. ^a Comissões	Comunicado na reunião de 25-03-2015 tendo sido deliberado redigir of.(n.º 377) ao GPAR no sentido de que não deve ser suscitada a intervenção da 1. ^a Comissão para apreciação desta iniciativa.	Despacho favorável GPAR em 25-03-2015
298/XII/4. ^a (GOV)	Aprova o Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais	19-03-2015 Competente a 10. ^a Comissão em conexão com a 1. ^a Comissão	Comunicado na reunião de 25-03-2015 tendo sido deliberado redigir of.(n.º 377) ao GPAR no sentido de que não deve ser suscitada a intervenção da 1. ^a Comissão para apreciação desta iniciativa.	Despacho favorável GPAR em 25-03-2015
299/XII/4. ^a (GOV)	Adequa o Estatuto da Ordem dos Nutricionistas, ao regime previsto na Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais	19-03-2015 Competente a 10. ^a Comissão em conexão com a 1. ^a Comissão	Comunicado na reunião de 25-03-2015 tendo sido deliberado redigir of.(n.º 377) ao GPAR no sentido de que não deve ser suscitada a intervenção da 1. ^a Comissão para apreciação desta iniciativa.	Despacho favorável GPAR em 25-03-2015

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
300/XII/4. ^a (GOV)	Aprova o Estatuto da Ordem dos Psicólogos Portugueses, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais	19-03-2015 Competente a 10. ^a Comissão em conexão com a 1. ^a Comissão	Comunicado na reunião de 25-03-2015 tendo sido deliberado redigir of.(n.º 377) ao GPAR no sentido de que não deve ser suscitada a intervenção da 1. ^a Comissão para apreciação desta iniciativa.	Despacho favorável GPAR em 25-03-2015
301/XII/4. ^a (GOV)	Altera o Estatuto da Ordem dos Engenheiros, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 119/92, de 30 de junho, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais	19-03-2015 Competente a 10. ^a Comissão em conexão com a 1. ^a Comissão	Comunicado na reunião de 25-03-2015 tendo sido deliberado redigir of.(n.º 377) ao GPAR no sentido de que não deve ser suscitada a intervenção da 1. ^a Comissão para apreciação desta iniciativa.	Despacho favorável GPAR em 25-03-2015
302/XII/4. ^a (GOV)	Altera o Estatuto da Ordem dos Engenheiros Técnicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 349/99, de 2 de setembro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais	19-03-2015 Competente a 10. ^a Comissão em conexão com a 1. ^a Comissão	Comunicado na reunião de 25-03-2015 tendo sido deliberado redigir of.(n.º 377) ao GPAR no sentido de que não deve ser suscitada a intervenção da 1. ^a Comissão para apreciação desta iniciativa	Despacho favorável GPAR em 25-03-2015
303/XII/4. ^a (GOV)	Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Médicos Veterinários, conformando-o com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais	19-03-2015 Competente a 10. ^a Comissão em conexão com a 1. ^a Comissão	Comunicado na reunião de 25-03-2015 tendo sido deliberado redigir of.(n.º 377) ao GPAR no sentido de que não deve ser suscitada a intervenção da 1. ^a Comissão para apreciação desta iniciativa.	Despacho favorável GPAR em 25-03-2015

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PROJETOS DE LEI

Baixaram na 4.^a Sessão Legislativa 61;

- 72 Concluídas (4 da 1.^a SL, 4 da 2.^a SL, 10 da 3.^a SL e 54 da 4.^a SL);
- 4 Baixaram à Comissão em Conexão
- 2 Que aguardam discussão e votação na generalidade em Plenário;
- 1 Pendente na Generalidade em Comissão.

Concluídos (72)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
35/XII/1. ^a - PCP	Lei Orgânica do Regime do Referendo Regional.	04-08-2011	Deputado Hugo Velosa (PSD) 30-08-2011	Lei Orgânica 2/2015
94/XII/1. ^a (PCP)	Regula o direito de Associação na Guarda Nacional Republicana	21-10-2011	Deputado Luís Pita Ameixa a 02-11-2011	30-06-2015 Ofício - Pedido de subida a Plenário Rejeitado na generalidade em Plenário a 03-07-2015
173/XII/1. ^a (PS)	Altera o Código Civil, estabelecendo um estatuto jurídico dos animais	16-02-2012	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD) a 22-02-2012	16-07-2015 Ofício - Pedido de subida a Plenário
259/XII/1. ^a	Estabelece o regime jurídico e o estatuto profissional da atividade de guarda-noturno.	04-07-2012	Deputado Paulo Ribeiro (PSD) a 11-07-2012	Decreto da Assembleia 403/XII
369/XII/2. ^a (PS)	Aprova o Regime Jurídico das Organizações Não Governamentais para a Igualdade de Género (ONGIG).	06-03-2013	Não foi emitido parecer por ter baixado a 6-03-2013 e se encontrar agendado para Plenário do dia 8-03-2013	01-07-2015 Ofício - Pedido de subida a Plenário Rejeitado na generalidade em Plenário a 03-07-2015
371/XII/2. ^a (BE)	Reforça a autonomia e representatividade das organizações não-governamentais de mulheres.	06-03-2013	Não foi emitido parecer por ter baixado a 6-03-2013 e se encontrar agendado para Plenário do dia 8-03-2013	01-07-2015 Ofício - Pedido de subida a Plenário Rejeitado em Plenário a 03-07-2015

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
382/XII/2.ª (PSD)	Quinta alteração à Lei n.º 37/81, de 3 de outubro (Lei da Nacionalidade) - estende a nacionalidade portuguesa originária aos netos de portugueses nascidos no estrangeiro.	28-03-2013	Deputada Maria de Belém Roseira (PS) em 3-04-2013	Decreto da Assembleia 371/XII
426/XII/2.ª (PCP)	Cria um regime especial de declaração de morte presumida em caso de naufrágio de embarcações de pesca.	18-06-2013	Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD) 26-06-2013	Decreto da Assembleia 394/XII
515/XII/3.ª (CDS-PP)	Procede à 31.ª alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, criando o crime de mutilação genital feminina	14-02-2014	Não foi emitido parecer por ter baixado e se encontrar agendado para Plenário	Decreto da Assembleia 382/XII
517/XII/3.ª (PSD)	Autonomiza a criminalização da mutilação genital feminina - 31ª alteração ao Código Penal.	20-02-2014	Não foi emitido parecer por ter baixado à 1.ª Comissão apenas na fase de especialidade	Decreto da Assembleia 382/XII
520/XII/3.ª (PS)	Primeira alteração à Lei Tutelar Educativa.	Baixou à 8.ª CECC a 26-02-2014 e foi redistribuída à 1.ª Comissão a 05-03-2014	Deputada Maria Paula Cardoso (PSD) a 12-03-2014	Lei 4/2015
530/XII/3.ª (PSD-CDS-PP)	Lei que define os princípios que regem a cobertura jornalística das eleições e referendos nacionais.	12-03-2014	Deputado José Magalhães (PS) a 26-03-2014	Decreto da Assembleia 383/XII
534/XII/3.ª (PSD)	Procede à primeira alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro.	26-03-2014	Não foi emitido parecer por ter baixado à 1.ª Comissão apenas na fase de especialidade	Lei 4/2015
537/XII/3.ª (CDS-PP)	1ª alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada pela Lei nº 166/99, de 14 de setembro.	26-03-2014	Não foi emitido parecer por ter baixado à 1.ª Comissão apenas na fase de especialidade	Lei 4/2015
632/XII/3.ª (PS)	Procede à alteração do Código Penal, permitindo a declaração de indignidade sucessória, como efeito da pena aplicada, no âmbito de sentença condenatória pela prática do crime de homicídio.	09-07-2014	Deputado Carlos Peixoto (PSD) a 16-07-2014	Lei 82/2014

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
633/XII/3.ª (PS)	Procede à 21.ª alteração ao Código de Processo Penal, promovendo a proteção de vítimas de violência doméstica instituindo procedimento para a regulação provisória das responsabilidades parentais com atribuição provisória de pensão de alimentos e permitindo o afastamento do agressor.	09-07-2014	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) a 16-07-2014	24-09-2014 Parecer e Nota Técnica CACDLG Rejeitado na generalidade em Plenário a 09-01-2015
634/XII/3.ª (PCP)	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março. Regulamenta a Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais	15-07-2014	Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) a 16-07-2014	17-09-2014 Parecer e Nota Técnica CACDLG Rejeitado na generalidade em Plenário a 26-09-2014
645/XII/3.ª (PSD/CDS-PP)	Primeira alteração ao Regime do Segredo de Estado e alteração ao Código Penal.	04-09-2014	Deputado Pedro Delgado Alves (PS) a 10-09-2014	Lei Orgânica 1/2015
649/XII/4.ª (PS)	Reforça as incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.	19-09-2014	Deputado Carlos Peixoto (PSD) a 24-09-2014	06-03-2015 Retirada da iniciativa
652/XII/4.ª (PS)	Primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março, que procede à regulamentação da Lei n.º 62/2013, de 26 de agosto (Lei da Organização do Sistema Judiciário), e estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais.	24-09-2014	Não foi emitido parecer por ter baixado a 24-09-2014 e se encontrar agendado para Plenário de 25-09-2014	Rejeitado na generalidade em Plenário a 26-09-2014
653/XII/4.ª (PSD/CDS-PP)	Altera o Código Penal e o Código Civil em matéria de Indignidade Sucessória	24-09-2014	Não foi emitido parecer por ter baixado a 24-09-2014 e se encontrar agendado para Plenário do mesmo dia	Lei 82/2014
655/XII/4.ª (BE)	Altera o Código do Registo Civil, tendo em conta a procriação medicamente assistida, a adoção e o apadrinhamento civil por casais do mesmo sexo	24-09-2014	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 01-10-2014	06-10-2014 Parecer e Nota Técnica CACDLG Rejeitado na generalidade em Plenário a 22-01-2015

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
656/XII/4. ^a (BE)	Eliminação da impossibilidade legal de adoção por casais do mesmo sexo primeira alteração à Lei n.º 9/2010, de 31 de maio e segunda alteração à Lei n.º 7/2001, de 11 de maio	24-09-2014	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 01-10-2014	06-10-2014 Parecer e Nota Técnica CACDLG Rejeitado na generalidade em Plenário a 22-01-2015
659/XII/4. ^a (PS)	Procede à alteração do Código Penal, criando os crimes de perseguição e casamento forçado em cumprimento do disposto na Convenção de Istambul.	24-09-2014	Não foi emitido parecer por ter baixado a 24-09-2014 e se encontrar agendado para Plenário do mesmo dia	Decreto da Assembleia 382/XII
661/XII/4. ^a (BE)	Cria o tipo legal de assédio sexual no Código Penal	24-09-2014	Não foi emitido parecer por ter baixado a 24-09-2014 e se encontrar agendado para Plenário do mesmo dia	Decreto da Assembleia 382/XII
662/XII/4. ^a (BE)	Procede à alteração do Código Penal em matéria de indignidade sucessória	24-09-2014	Não foi emitido parecer por ter baixado a 24-09-2014 e se encontrar agendado para Plenário do mesmo dia	Lei 82/2014
663/XII/4. ^a (BE)	Cria o tipo legal de perseguição no Código Penal	24-09-2014	Não foi emitido parecer por ter baixado a 24-09-2014 e se encontrar agendado para Plenário do mesmo dia	Decreto da Assembleia 382/XII
664/XII/4. ^a (BE)	Altera a previsão legal dos crimes de violação e coação sexual no Código Penal	24-09-2014	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) 01-10-2014	Decreto da Assembleia 382/XII
665/XII/4. ^a (BE)	Altera a natureza do crime de violação, tornando-o crime público	24-09-2014	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) 01-10-2014	Decreto da Assembleia 382/XII
674/XII/4. ^a (PCP)	Adota medidas urgentes para a reparação dos direitos lesados pela paralisia da plataforma informática CITIUS e para a normalização do funcionamento dos tribunais judiciais	08-10-2014	Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD) a 15-10-2014	26-11-2014 Parecer e Nota Técnica CACDLG Rejeitado na generalidade em Plenário a 05-12-2014
682/XII/4. ^a (PSD/CDS-PP)	Procede à primeira alteração da Lei nº 14/2008, de 12 de março, que proíbe e sanciona a discriminação em função do sexo no acesso a bens e serviços e seu fornecimento	06-11-2014	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) em 26-11-2014	Lei 9/2015

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
685/XII/4.ª (PS)	Altera o Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de Fevereiro, eliminando a possibilidade de julgamentos em processo sumário para crimes puníveis com pena de prisão superior a 5 anos	19-11-2014	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) em 26-11-2014	03-12-2014 Parecer e Nota Técnica CACDLG Rejeitado na generalidade em Plenário a 05-12-2014
696/XII/4.ª (BE)	Altera o Código de Processo Penal, revogando a possibilidade de julgar em processo sumário crimes com moldura penal superior a 5 anos de prisão	03-12-2014	Não foi emitido parecer por ter baixado à 1.ª Comissão a 03.12.2014 estando agendado para 04-12-2014	Rejeitado na generalidade em Plenário a 05-12-2014
745/XII/4.ª (BE)	Altera o Código Civil, a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, e a organização tutelar de menores, garantindo maior proteção a todas as vítimas de violência doméstica e de outras formas de violência em contexto familiar	07-01-2015	Deputada Maria Paula Cardoso (PSD)	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
765/XII/4.ª (BE)	Transparência dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos	05-02-2015	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)	27-05-2015 Rejeitado na Especialidade em Comissão Relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG 29-05-2015 Rejeitado Requerimento avocação plenário
766/XII/4.ª (BE)	Combate o enriquecimento injustificado	05-02-2015	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD) a 18-02-2015	27-05-2015 Rejeitado na Especialidade em Comissão Relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
767/XII/4.ª (BE)	Altera o regime de incompatibilidades e impedimentos aplicável aos eleitos locais e alarga o seu âmbito aos titulares de órgãos de entidades intermunicipais e associações de fins específicos	05-02-2015	Deputada Andreia Neto (PSD) a 18-02-2015	11-03-2015 Parecer e Nota Técnica CACDLG Rejeitado na generalidade em Plenário a 12-03-2015
768/XII/4.ª (BE)	Altera o Estatuto dos Deputados tornando obrigatório o regime de exclusividade dos deputados à Assembleia da República	06-02-2015	Deputado João Lobo (PSD) a 18-02-2015	11-03-2015 Parecer e Nota Técnica CACDLG Rejeitado na generalidade em Plenário a 12-03-2015
769/XII/4.ª (PSD/CDS-PP)	Reforça a proteção das vítimas de violência doméstica, procedendo à trigésima quinta alteração ao Código Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 400/82, de 23 de setembro, e à segunda alteração à Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, que estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas	06-02-2015	Deliberado na reunião de 11-02-2015 não nomear Relator nem emitir Parecer por se encontrar agendado para Plenário a 12-02-2015	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
771/XII/4.ª (PS)	Procede à oitava alteração da Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, visando um regime sancionatório mais equitativo nas situações de incumprimento do pagamento de taxas de portagem em infraestruturas rodoviárias	11-02-2015 Em conexão com a 6.ª CEOP	Deputado João Lobo (PSD) a 18-02-2015	04-03-2015 Parecer e Nota Técnica CACDLG Redistribuída na especialidade pelo Plenário à 6.ª CEOP
772/XII/4.ª (PS)	Procede à [...] alteração do Código Penal, cumprindo o disposto na Convenção do Conselho da Europa para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais (Convenção de Lanzarote)	11-02-2015	Deputada Francisca Almeida (PSD) a 18-02-2015	Decreto da Assembleia 395/XII
775/XII/4.ª (PSD/CDS-PP)	Estabelece o regime jurídico da atividade de guarda-noturno	11-02-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	Decreto da Assembleia 403/XII

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
777/XII/4.ª (PSD ,PS ,CDS-PP ,PCP ,BE ,PEV)	Confere ao Tribunal Constitucional competência para apreciar e fiscalizar as contas dos grupos parlamentares, procedendo à sexta alteração à Lei nº 28/82, de 15 de novembro, e à quinta alteração à Lei n.º 19/2003, de 20 de junho	13-02-2015	Deputado António Filipe (PCP) a 18-02-2015	Lei Orgânica 5/2015
778/XII/4.ª (PS)	Promove o célere pagamento de indemnizações e prestações sociais em caso de desaparecimento de pessoas em acidentes	18-02-2015	Não foi emitido parecer por ter baixado a 18-02-2015 e se encontrar agendado para o Plenário do dia 20-02-2015	Decreto da Assembleia 394/XII
781/XII/4.ª (BE)	Facilita a declaração de morte presumida em caso de naufrágio ou desaparecimento de embarcação	18-02-2015	Não foi emitido parecer por ter baixado a 18-02-2015 e se encontrar agendado para o Plenário do dia 20-02-2015	Decreto da Assembleia 394/XII
782/XII/4.ª (PCP)	Enriquecimento injustificado (35.ª alteração ao Código Penal aprovado pelo Decreto-Lei n.º 48/95, de 15 de março, 4.ª alteração à lei n.º 34/87, de 16 de julho e 6.ª alteração à lei n.º 4/83, de 2 de abril)	19-02-2015	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD) a 19-02-2015	27-05-2015 Rejeitado na Especialidade em Comissão Relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
786/XII/4.ª (CDS-PP, PSD)	Altera o Código Civil em matéria de responsabilidades parentais	25-02-2015	Não foi emitido parecer por ter baixado a 25-02-2015 e se encontrar agendado para o Plenário do mesmo dia	Texto de substituição e relatório da nova apreciação CACDLG
789/XII/4.ª (BE)	Elimina os Vistos Gold da lei de imigração	25-02-2015	Deputado Carlos Peixoto (PSD) a 04-03-2015	11-03-2015 Parecer e Nota Técnica CACDLG Rejeitado na generalidade em Plenário a 12-03-2015
790/XII/4.ª (Iniciativa Legislativa de Cidadãos)	Lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito de nascer	26-03-2015 Redistribuída da 1.ª para a 9.ª Comissão em 14-04-2015. Redistribuída da 9.ª para a 1.ª Comissão em 14-05-2015	Deputada Carla Rodrigues (PSD) em 20-05-2015	Texto de Substituição e Relatório da Discussão e Votação CACDLG

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
796/XII/4. ^a (PSD/CDS-PP)	Oitava alteração à Lei n.º 25/2006, de 30 de junho, que aprova o regime sancionatório aplicável às transgressões ocorridas em matéria de infraestruturas rodoviárias onde seja devido o pagamento de taxas de portagem	04-03-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	Redistribuída na especialidade pelo Plenário à 6. ^a CEOP
797/XII/4. ^a (PSD/CDS-PP)	Quinta alteração à Lei n.º 25/2008, de 5 de junho	04-03-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	Lei 62/2015
798/XII/4. ^a (PSD/CDS-PP)	Enriquecimento ilícito	04-03-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	Decreto da Assembleia 369/XII
801/XII/4. ^a (PS)	Reforça o regime de controlo dos acréscimos patrimoniais não justificados ou não declarados dos titulares dos cargos políticos e equiparados	04-03-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	27-05-2015 Rejeitado na Especialidade em Comissão Relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
803/XII/4. ^a (PCP)	Estabelece medidas de reforço ao combate à criminalidade económica e financeira, proibindo ou limitando relações comerciais ou profissionais ou transações ocasionais com entidades sedeadas em centros off-shore ou centros off-shore não cooperantes	04-03-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	27-05-2015 Ofício CACDLG - Requerida a subida a plenário pelo Grupo Parlamentar proponente, sem votação na CACDLG Rejeitado na generalidade em Plenário a 05-06-2015
808/XII/4. ^a (PS)	Reforça as incompatibilidades dos titulares de cargos políticos e altos cargos públicos	06-03-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	27-05-2015 Rejeitado na Especialidade em Comissão Relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
809/XII/4. ^a (PS)	Consagra o princípio da Transparência Ativa em toda a Administração Pública	11-03-2015	Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) a 18-03-2015	14-07-2015 Ofício - Pedido de subida a Plenário

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
838/XII/4.ª (BE)	Primeira alteração à Lei n.º 33/98, de 18 de julho, integrando a violência doméstica no âmbito dos objetivos e competências dos Conselhos Municipais de Segurança	27-03-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	Texto final conjunto da 1.ª e 6.ª Comissões relativo aos Projetos de Lei n.ºs 795/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) e 838/XII/4.ª (BE)
880/XII/4.ª (BE)	Legaliza o cultivo de canábis para consumo pessoal e cria o enquadramento legal para os clubes sociais de canábis		Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	Requerimento apresentado pelo BE ao Plenário-redistribuição à 9.ª Comissão em 06-05-2015
886/XII/4.ª (PCP)	Estratégia nacional para a proteção das crianças contra a exploração sexual e os abusos sexuais	23-04-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	Decreto da Assembleia 395/XII
899/XII/4.ª (PCP)	Primeira alteração à Lei n.º 7/2007, de 5 de fevereiro, que cria o cartão de cidadão e rege a sua emissão e utilização	14-05-2015	Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD) em 20-05-2015	Decreto da Assembleia 392/XII
935/XII/4.ª (PSD/CDS-PP)	Sexta alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, alterada pelas Leis n.º 4/95, de 21 de fevereiro, 15/96, de 30 de abril, e 75-A/97, de 22 de julho, e pelas Leis Orgânicas n.º 4/2004, de 6 de novembro e n.º 4/2014, de 13 de agosto, com a Declaração de Retificação n.º 44-A/2014, de 10 de outubro (Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa - SIRP) Sexta alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro, alterada pelas Leis n.º 4/95, de 21 de fevereiro, 15/96, de 30 de abril, e 75-A/97, de 22 de julho, e pelas Leis Orgânicas n.º 4/2004, de 6 de novembro e n.º 4/2014, de 13 de agosto, com a Declaração de Retificação n.º 44-A/2014, de 10 de outubro (Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa - SIRP)	22-05-2015	Deputado Jorge Lação (PS) a 27-05-2015	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDADE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
959/XII/4. ^a (PCP)	Primeira Alteração à Lei n.º 104/2009, de 14 de setembro Regime de Concessão de indemnização às vítimas de crimes violentos e de violência doméstica	27-05-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
961/XII/4. ^a (BE)	Altera a Lei n.º 112/2009, de 16 de setembro, reforçando a proteção das vítimas de violência doméstica	27-05-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
975/XII/4. ^a (PS)	Altera o artigo 1905.º do Código Civil e o artigo 989.º do Código de Processo Civil, melhorando o regime de alimentos em caso de filhos maiores ou emancipados	03-06-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
997/XII/4. ^a (PCP)	Aprova o regime de fiscalização da Assembleia da República sobre o Sistema de Informações da República Portuguesa e fixa os limites da atuação dos Serviços que o integram (Sexta alteração à Lei n.º 30/84, de 5 de setembro)	17-06-2015	Deputado Jorge Lacão (PS) a 17-06-2015	01-07-2015 Parecer e Nota Técnica CACDLG Rejeitado na generalidade em Plenário a 03-07-2015
998/XII/4. ^a (PS)	Encurta os prazos legais nas eleições para a Assembleia da República e elimina inelegibilidade injustificada de cidadãos com dupla nacionalidade	18-06-2015	Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) a 24-06-2015	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
999/XII/4. ^a (PS)	Alteração à Lei-Quadro do Sistema de Informações da República Portuguesa, sistematizando adequadamente a organização do registo de interesses dos seus intervenientes	18-06-2015	Deputada Teresa leal Coelho (PSD) a 24-06-2015	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
1006/XII/4. ^a (PSD/CDS)	Primeira alteração à Lei Orgânica n.º 3/2014, de 6 de agosto, que cria a Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado	19-06-2015	24-06-2015 Deputado Jorge Lacão (PS)	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
1021/XII/4. ^a (PSD/CDS-PP)	Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de Novembro, através da aplicação do pagamento de taxas moderadoras na interrupção de gravidez, quando realizada por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas de gravidez	01-07-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	17-07-2015 Ofício - Pedido de subida a Plenário
1022/XII/4. ^a (PSD/CDS-PP)	15.ª Alteração à Lei Eleitoral para a Assembleia da República, 5.ª alteração à Lei do Recenseamento Eleitoral e 2.ª alteração ao Decreto-Lei n.º 95-C/76, de 30 de janeiro	01-07-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
1024/XII/4. ^a (PS)	Estabelece o quadro de sanções acessórias aos crimes contra animais de companhia	01-07-2015	Não baixou à Comissão antes do agendamento em Plenário	Texto final e relatório da discussão e votação na especialidade CACDLG
1027/XII/4. ^a (PS)	Alteração da Lei Orgânica da Provedoria de Justiça, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de agosto, alterado pelo Decreto-Lei n.º 15/98, de 29 de janeiro, pelo Decreto-Lei n.º 195/2001, de 27 de junho, e pelo Decreto-Lei n.º 72-A/2010, de 18 de junho	02-07-2015	Deputado João Lobo (PSD) a 9-07-2015	14-07-2015 Parecer CACDLG Rejeitado em Plenário a 22-07-2015

Projetos de Lei que baixaram à 1.ª Comissão em conexão (4)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
680/XII/4. ^a (PS)	Consagra expressamente a identidade de género no âmbito do direito à igualdade no acesso a emprego e no trabalho, procedendo à 5.ª alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 fevereiro	30-10-201 Competente a 10.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão	Comunicado na reunião de 26-11-2014 tendo sido deliberado não proceder a mais nenhum procedimento por ser competente a 10.ª (CSST)	Não foi solicitado parecer à 1.ª Comissão
813/XII/4. ^a (BE)	Reforça a proteção das mulheres grávidas, puérperas ou lactantes no código de trabalho	12-03-2015 Competente a 10.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão	Comunicada a baixa em conexão a 18-03-2015 / Deliberado a 18-03-2015 nomear Deputado relator e emitir parecer apenas se a comissão competente o solicitar	Não foi solicitado parecer à 1.ª Comissão

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
814/XII/4.ª (BE)	Igualdade na parentalidade para proteção das mulheres na maternidade e no emprego	12-03-2015 Competente a 10.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão	Comunicada a baixa em conexão a 18-03-2015 / Deliberado a 18-03-2015 nomear Deputado relator e emitir parecer apenas se a comissão competente o solicitar	Não foi solicitado parecer à 1.ª Comissão
816/XII/4.ª (PCP)	Reforço dos direitos de maternidade e paternidade	12-03-2015 Competente a 10.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão	Comunicada a baixa em conexão a 18-03-2015 / Deliberado a 18-03-2015 nomear Deputado relator e emitir parecer apenas se a comissão competente o solicitar	Não foi solicitado parecer à 1.ª Comissão

Que aguardam discussão e votação na generalidade em Plenário (2)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
774/XII/4.ª (PS)	1.ª Alteração à Lei n.º 5/2011, de 2 de março, que aprova a lei das Ordens Honoríficas Portuguesas, integrando a Ordem de Camões no âmbito das Ordens Nacionais	11-02-2015	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP) a 18-02-2015	18-03-2015 Parecer e Nota Técnica CACDLG Aguarda discussão e votação na generalidade em Plenário
965/XII/4.ª (BE)	Altera as Leis Eleitorais, permitindo o voto antecipado a doentes que estejam impossibilitados de se deslocar, ou de se deslocar pelos seus próprios meios, às mesas de voto	27-05-2015	Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD) a 03-06-2015	01-07-2015 Parecer e Nota Técnica CACDLG Aguarda discussão e votação na generalidade em Plenário

Pendentes (1)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO GENERALIDE	NOMEAÇÃO RELATOR DATA	ESTADO NA COMISSÃO
974/XII/4.ª (PCP)	Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados	03-06-2015	Deputada Ana Catarina Mendes (PS) 11-06-2015	GENERALIDADE

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

PROJETOS DE RESOLUÇÃO

Baixaram na 4.ª Sessão Legislativa 9;

- 8 Concluídas;
- 4 Pendentes (1 da 1.ª SL, 2 da 2.ª SL e 1 da 4.ª SL).

Concluídos (8)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
1148/XII/4.ª (PS)	Consagra o dia 17 de maio como Dia Nacional contra a Homofobia e a Transfobia	30-10-2014	Em 27-11-2014 o GP do PS indicou a posição relativamente à apreciação em Plenário da iniciativa / Foi solicitada a discussão na 1.ª Comissão pelo GP proponente em 17-06-2015 / Apreciação em Comissão em 24-06-2015	Resolução da AR 99/2015
1286/XII/4.ª (PCP)	Propõe a adoção pelo Estado português de um Plano de Ação Nacional e Internacional para a Extinção dos Centros off-shore	6-03-2015	27-05-2015 Ofício CACDLG - Requerida a subida a plenário pelo Grupo Parlamentar proponente para votação, nos termos do n.º 1 do artigo 128.º do RAR.	Rejeitado em Plenário a 05-06-2015
1306/XII/4.ª (PCP)	Plano de Emergência Social para o Distrito de Aveiro	18-03-2015 Obs: competente a 11.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão	Em 25-03-2015 o Grupo Parlamentar proponente comunicou que pretende que a apreciação seja feita na 11.ª Comissão (competente)	Em 25-03-2015 o Grupo Parlamentar proponente comunicou que pretende que a apreciação seja feita na 11.ª Comissão (competente)
1373/XII/4.ª (PSD)	Recomenda ao Governo a definição de uma estratégia para o aprofundamento da cidadania e da participação democrática e política dos jovens	25-03-2015 Competente a 8.ª Comissão em conexão com a 1.ª Comissão	Anunciado a 1-04-2015	Anunciado a 1-04-2015 / competência da 8.ª Comissão / Concluída

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
1395/XII/4. ^a (PCP)	Suspensão da ação de despejo nas casas de função da Guarda Nacional Republicana no Pátio da Quintinha, Freguesia da Ajuda em Lisboa	08-04-2015	Apreciação em Comissão - Deliberado a 15-04-2015	Resolução da AR 57/2015
1402/XII/4. ^a (BE)	Recomenda ao Governo que reconheça o direito dos moradores dos bairros de Pinhal de Negreiros e Vendas de Azeitão à propriedade das suas casas	08-04-2015	Anunciado a 22-04-2015 tendo sido deliberado solicitar a redistribuição Of. GPAR n.º 450 de 22-04-2015	Redistribuído da 1. ^a para a 11. ^a Comissão em 22-04-2015
1439/XII/4. ^a (BE)	Recomenda ao Governo medidas de prevenção e eliminação de práticas de violência policial e racismo	22-04-2015	Anunciado a 29-04-2015	Rejeitado em Plenário a 15-05-2015
1544/XII/4. ^a (BE)	Recomenda ao Governo a instituição do dia 17 de maio como o dia nacional contra a discriminação das pessoas lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexo.	23-06-2015	Apreciação em Comissão em 24-06-2015	Rejeitado em Plenário a 26-06-2015

Pendentes (4)

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
168/XII/1. ^a (PCP)	Recomenda ao Governo que as instalações do Governo Civil da Guarda sejam utilizadas para instalar condignamente o Comando Distrital da PSP.	04-01-2012	Apreciação em Comissão - Deliberado a 11-01-2012	Aguarda apreciação em Comissão
565/XII/2. ^a (PS)	Recomenda ao Governo que aprove, para o período de vigência do Programa de Assistência Financeira a Portugal, uma moratória para as ações de despejo que tiverem fundamento no não pagamento de renda sempre que o arrendatário não haja incumprido durante o contrato em curso, e que tal incumprimento se deva a situações de desemprego.	11-01-2013	O GP do PS ficou de indicar posteriormente a sua posição relativamente à apreciação, em Comissão ou em Plenário, da iniciativa a 16-01-2015	Aguarda apreciação em Comissão

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
783/XII/2. ^a (PSD/CDS-PP)	Reorganização das áreas territoriais das forças de segurança no concelho de Ourém por uma justa repartição de território entre PSP e GNR	02-07-2013	Apreciação em Comissão - Deliberado a 03-07-2013	Aguarda apreciação em Comissão
1134/XII/4. ^a (PS)	Aprova medidas de promoção da transparência do trabalho da Comissão Parlamentar de Inquérito à Aquisição de Equipamentos Militares.	22-10-2014	Em 29-10-2014 o GP do PS ficou de indicar posteriormente a sua posição relativamente à apreciação, em Comissão ou em Plenário, da iniciativa	Aguarda apreciação em Comissão

PROPOSTAS DE RESOLUÇÃO

Baixaram na 4.^a Sessão Legislativa 2 (não mereceram apreciação na Comissão);

N.º AUTOR	ASSUNTO	BAIXA COMISSÃO	DECISÃO SOBRE APRECIÇÃO EM COMISSÃO OU EM PLENÁRIO	ESTADO
95/XII/4. ^a (GOVERNO)	Aprova o Acordo sobre Extradução Simplificada entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, o Reino de Espanha e a República Portuguesa, assinado em Santiago de Compostela em 3 de novembro de 2010	10-10-2014 Competente a 2.^a Comissão com conexão com a 1.^a Comissão	Anunciado em Comissão 15-10-2014	Comunicado na reunião de 15-10-2014 não tendo sido deliberado outro tipo de diligência
112/XII/4. ^a (GOVERNO)	Aprova a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção do Terrorismo, adotada em Varsóvia, a 16 de maio de 2005	01-04-2015 - Competente a 2.^a Comissão em conexão com a 1.^a Comissão	Anunciado em Comissão 08-04-2015	Comunicado na reunião de 08-04-2015 não tendo sido deliberado outro tipo de diligência

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

5. Iniciativas europeias

No âmbito do escrutínio de iniciativas europeias, a CACDLG recebeu, na 4.ª Sessão Legislativa, 115 iniciativas das quais:

- *Escrutinadas – 21 (1 da 2.ª SL, 9 da 3.ª SL e 10 da 4.ª SL)*
- *Deliberado não escrutinar – 105*
- *Pendentes - 0*

Escrutinadas (21):

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Data da distribuição na CACDLG	Prazo de 8 semanas termina a:	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
22-08-2013	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório anual ao Parlamento Europeu e ao Conselho sobre as atividades da Unidade Central do EURODAC em 2012 [COM(2013)485].	<i>Deputada Teresa Anjinho (CDS/PP)</i>	11-09-2013	NA	Aprovado com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e BE, abstenção do PCP, registando-se a ausência do PEV, na reunião de 14-07-2015. Of. à CAE n.º 877/2015 de 14-07-2015
09-12-2013	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Quarto relatório semestral sobre o funcionamento do espaço Schengen - 1 de maio - 31 de outubro 2013[COM(2013)832].	<i>Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)</i>	11-12-2013	NA	Aprovado com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e BE, abstenção do PCP, registando-se a ausência do PEV, na reunião de 14-07-2015. Of. à CAE n.º 876/2015 de 14-07-2015
14-02-2014	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1236/2005 do Conselho relativo ao comércio de determinadas mercadorias suscetíveis de serem utilizadas para aplicar a pena de morte ou infligir tortura ou outras penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes [COM(2014)1].	<i>Deputado João Lobo (PSD)</i>	05-03-2014	NA	Aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV, na reunião de 26-11-2014. Of. à CAE n.º 1197/2014 de 26-10-2014

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

21-02-2014	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à aprovação, em nome da União Europeia, da Convenção da Haia de 30 de junho de 2005 sobre os Acordos de Eleição do Foro [COM(2014)46]	Deputado Paulo Ribeiro (PSD)	05-03-2014	NA	Aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV, na reunião de 15-10-2014. Of. à CAE n.º 1058/2014 de 15-10-2014
4-04-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório sobre a implementação da abordagem global para a migração e a mobilidade 2012-2013 [COM(2014)96]. Obs: também distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)	9-04-2014	NA	Aprovado com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e BE, abstenção do PCP, registando-se a ausência do PEV, na reunião de 14-07-2015. Of. à CAE n.º 874/2014 de 14-07-2015
8-04-2014	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Como conseguir uma Europa aberta e segura [COM(2014)154]. Esta Comunicação tem associado um documento de trabalho: SWD(2014)63.	Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)	9-04-2014	NA	Aprovado por unanimidade, registando-se a ausência do PEV, na reunião de 01-10-2014. Of. à CAE n.º 974/2014 de 01-10-2014
15-04-2014	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre a política da UE em matéria de regresso [COM(2014)199].	Deputada Andreia Neto (PSD)	23-04-2014	NA	Aprovado com os votos a favor do PSD, PS e CDS-PP, contra do PCP e do BE registando-se a ausência do PEV, na reunião de 10-12-2014. Of. à CAE n.º 1238/2014 de 10-12-2014

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

06-05-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a avaliação ex post do Fundo Europeu de Regresso relativamente ao período 2008-2010 (relatório apresentado em conformidade com o artigo 50.º, n.º 3, alínea c), da Decisão n.º 575/2007/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de maio de 2007) [COM(2014)230] .	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)	14-05-2014	NA	Aprovado com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e BE, abstenção do PCP, registando-se a ausência do PEV, na reunião de 14-07-2015. Of. à CAE n.º 873/2015 de 14-07-2015
06-05-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a avaliação ex post do Fundo para as Fronteiras Externas para o período 2007-2010 (relatório apresentado em conformidade com o artigo 52.º, n.º 3, alínea c), da Decisão n.º 574/2007/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de maio de 2007) [COM(2014)235] .	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)	14-05-2014	NA	Aprovado com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e BE, abstenção do PCP, registando-se a ausência do PEV, na reunião de 14-07-2015. Of. à CAE n.º 872/2015 de 14-07-2015
28-05-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Primeiro relatório sobre os progressos da aplicação, pela Rússia, das medidas comuns para um regime de isenção de vistos em viagens de curta duração de cidadãos russos e da UE ao abrigo do Diálogo UE-Rússia sobre Vistos [COM(2013)923] .	Dep. Teresa Anjinho (CDS-PP)	04-06-2014	NA	Aprovado com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e BE, abstenção do PCP, registando-se a ausência do PEV, na reunião de 14-07-2015. Of. à CAE n.º 875/2014 de 14-07-2015
01-10-2014	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que cria a Agência da União Europeia para a Formação Policial (CEPOL) e que revoga e substitui a Decisão 2005/681/JAI do Conselho [COM(2014)465] . <i>Obs: a presente iniciativa não consta do PTCE 2014 cabe à Comissão competente deliberar realizar o respetivo escrutínio desde que fundamente que considera a iniciativa relevante.</i>	Dep. Isabel Oneto (PS)	08-10-2014	28-10-2014	Aprovado na reunião de 22-10-2014 com os votos favoráveis do PSD, do CDS, do PS e do PCP, a abstenção do BE, registando-se a ausência do PEV. Of. à CAE n.º 1106/2014 de 22-10-2014

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

06-10-2014	Proposta de REGULAMENTO DO CONSELHO que estabelece as regras de execução do artigo 108.º do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (codificação) [COM(2014)534]	Deputado João Lobo (PSD)	08-10-2014	NA	Aprovado na reunião de 26-11-2014 por unanimidade, registando-se a ausência do PEV. Of. à CAE n.º 1198/2014 de 26-11-2014
10-11-2014	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que determina certas disposições decorrentes da notificação e as disposições transitórias relativamente à cessação da participação do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte em determinados atos da União no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal adotados antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. [COM(2014)596]	Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)	26-11-2014	NA	Aprovado na reunião de 17-12-2014 por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV. Of. à CAE n.º 1264/2014 de 17-12-2014
28-11-2014	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que revoga determinados atos no domínio da liberdade, segurança e justiça [COM(2014)713].	Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)	10-12-2014	05-01-2015	Aprovado na reunião de 17-12-2014 por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV. Of. à CAE n.º 1261/2014 de 17-12-2014
28-11-2014	Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que revoga determinados atos no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal [COM(2014)714].	Deputado João Lobo (PSD)	10-12-2014	05-01-2015	Aprovado na reunião de 17-12-2014 por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV. Of. à CAE n.º 1262/2014 de 17-12-2014
28-11-2014	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que revoga determinados atos no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal [COM(2014)715].	Deputado João Lobo (PSD)	10-12-2014	05-01-2015	Aprovado na reunião de 17-12-2014 por unanimidade, registando-se a ausência do BE e do PEV. Of. à CAE n.º 1263/2014 de 17-12-2014

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

28-11-2014	<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Sexto relatório semestral sobre o funcionamento do espaço Schengen - 1 de maio - 31 de outubro de 2014 [COM(2014)711].</p> <p><i>Obs: a presente iniciativa foi também distribuída à 2.ªCNECP</i></p>	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)	07-01-2015	NA	<p>Aprovado com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e BE, abstenção do PCP, registando-se a ausência do PEV, na reunião de 14-07-2015.</p> <p>Of. à CAE n.º 871/2014 de 14-07-2015</p>
09-01-2015	<p>Programa de Trabalho da Comissão Europeia para 2015 – Um novo começo [COM(2014)910].</p>	Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)	14-01-2015	NA	<p>Aprovado na reunião de 21-01-2015 por unanimidade, registando-se a ausência do PCP, BE e PEV.</p> <p>Of. à CAE n.º 48/2015 de 21-01-2015</p>
29-01-2015	<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que estabelece o código da União relativo ao regime de passagem de pessoas nas fronteiras (Código das Fronteiras Schengen) (codificação) - <u>COM(2015)8</u></p> <p><i>Obs: também distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	Deputada Teresa Anjinho (CDS-PP)	04-02-2015	NA	<p>Aprovado com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e BE, abstenção do PCP, registando-se a ausência do PEV, na reunião de 14-07-2015.</p> <p>Of. à CAE n.º 870/2014 de 14-07-2015</p>
28-05-2015	<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Proposta relativa a um Acordo Interinstitucional sobre legislar melhor <u>COM(2015)216</u>.</p> <p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES, Legislar melhor para obter melhores resultados - agenda da <u>UECOM(2015)215</u> e documentos de trabalho associados <u>SWD(2015)110</u> e <u>SWD(2015)111</u>.</p> <p><i>Obs. Distribuída também à: Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação</i></p>	Deputado Luís Pita Ameixa (PS)	02-06-2015	NA	<p>Aprovado na reunião de 09-07-2015 por unanimidade, registando-se a ausência do PEV.</p> <p>Of. à CAE n.º 839/2015 de 13-07-2015</p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

26-06-2015	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 1683/1995 do Conselho que estabelece um modelo-tipo de visto COM(2015)303	Deputada Teresa Anjinho a 9-07-2015	09-07-2015	15-07-2015	Aprovado com os votos a favor do PSD, PS, CDS-PP e BE, abstenção do PCP, registando-se a ausência do PEV, na reunião de 14-07-2015. Of. à CAE n.º 869/2014 de 14-07-2015
------------	---	-------------------------------------	------------	------------	---

Iniciativas Europeias não escrutinadas (105)

Comunicação após distribuição de não escrutínio – 24

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Deputado Relator	Data da distribuição na CACDLG	Prazo de 8 semanas termina a:	Data da aprovação do Relatório e envio à CAE
21-08-2013	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza os Estados-Membros a ratificar, no interesse da União Europeia, o Tratado sobre o Comércio de Armas [COM(2013)482] .	Dep. Isabel Oneto (PS)	11-09-2013	NA	Por indicação do coordenador do GP/PS, de 15-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa
28-10-2013	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU - Armas de fogo e segurança interna na UE: proteger os cidadãos e combater o tráfico [COM(2013)716]	Deputado António Gameiro (PS)	04-12-2013	NA	Por indicação do coordenador do GP/PS, de 15-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa
10-12-2013	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO respeitante à conclusão do Acordo com a Confederação Suíça sobre as modalidades da sua participação no Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo [COM(2013)862]	Deputada Ana Catarina Mendes (PS)	11-12-2013	NA	Por indicação do coordenador do GP/PS, de 15-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa
10-12-2013	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO respeitante à assinatura, em nome da União Europeia, do Acordo com a Confederação Suíça sobre as modalidades da sua participação no Gabinete Europeu de Apoio em matéria de Asilo [COM(2013)870]	Deputada Ana Catarina Mendes (PS)	11-12-2013	NA	Por indicação do coordenador do GP/PS, de 15-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

05-02-2014	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Prevenir a radicalização que leva ao terrorismo e ao extremismo violento - Reforçar a resposta da UE [COM(2013)941] .	Deputada Ana Catarina Mendes (PS)	05-02-2014	NA	Por indicação do coordenador do GP/PS, de 15-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa
05-02-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Decisão-Quadro 2008/913/JAI do Conselho relativa à luta por via do direito penal contra certas formas e manifestações de racismo e xenofobia [COM(2014)27] . Esta iniciativa europeia tem um documento de trabalho associado [SWD(2014)27] .	Deputada Ana Catarina Mendes (PS)	05-02-2013	NA	Por indicação do coordenador do GP/PS, de 15-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa
14-02-2014	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Sistema europeu de deteção do financiamento do terrorismo (TFTS-UE) [COM(2013)842] . Esta iniciativa tem documentos de trabalho associados (em anexo).	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)	05-03-2014	NA	Por indicação do relator, de 07-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa
21-02-2014	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Enfrentar as consequências da privação do direito de voto dos cidadãos da União que exercem o seu direito de livre circulação [COM(2014)33]	Deputado José Magalhães (PS)	05-03-2014	NA	Por indicação do coordenador do GP/PS, de 15-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa
21-02-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU RELATÓRIO ANTICORRUPÇÃO DA UE [COM(2014)38] . Este Relatório tem um anexo relativo a cada Estado-Membro, sendo que apenas o relativo a Portugal se encontra disponibilizado em língua portuguesa	Deputado Hugo Lopes Soares (PSD)	05-03-2014	NA	Por indicação do relator, de 07-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa
3-04-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação pelos Estados-Membros das Decisões-Quadro 2008/909/JAI, 2008/947/JAI e 2009/829/JAI relativas à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade, às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional e a sanções alternativas e às medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva [COM(2014)57] . Esta iniciativa tem um documento de trabalho associado [SWD(2014)57] .	Deputada Maria Paula Cardoso (PSD)	9-04-2014	NA	Por indicação do relator, de 07-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa
3-04-2014	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO CONSELHO E AO PARLAMENTO EUROPEU sobre a abordagem da UE contra o tráfico de vida selvagem [COM(2014)64] .	Deputado Pedro Delgado Alves (PS)	9-04-2014	NA	O Relator solicitou via email de 15-07-2015 que a iniciativa fosse considerada como prejudicada

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

8-04-2014	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Programa da UE em matéria de justiça para 2020: reforçar a confiança, a mobilidade e o crescimento na União [COM(2014)144].	Deputada Andreia Neto (PSD)	9-04-2014	NA	<u>Por indicação do relator, de 07-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa</u>
8-04-2014	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Um novo quadro da UE para reforçar o Estado de direito[COM(2014)158].	Deputado João Lobo (PSD)	9-04-2014	NA	<u>Por indicação do relator, de 07-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa</u>
15-04-2014	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - O Painel de avaliação da justiça na UE - 2014 [COM(2014)155].	Deputado João Lobo (PSD)	23-04-2014	NA	<u>Por indicação do relator, de 07-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa</u>
15-04-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - UMA POLÍTICA DE VISTOS MAIS INTELIGENTE E ORIENTADA PARA O CRESCIMENTO ECONÓMICO [COM(2014)165]. Este Relatório tem associado um documento de trabalho [SWD(2014)101].	Deputada Ana Catarina Mendes (PS)	23-04-2014	NA	<u>Por indicação do coordenador do GP/PS, de 15-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa</u>
15-04-2014	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre as orientações para a aplicação da Diretiva 2003/86/CE relativa ao direito ao reagrupamento familiar [COM(2014)210]	Deputada Ana Catarina Mendes (PS)	23-04-2014	NA	<u>Por indicação do coordenador do GP/PS, de 15-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa</u>
16-04-2014	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao Código de Vistos da União (Código de Vistos) [COM(2014)164]	Deputada Ana Catarina Mendes (PS)	23-04-2014	<u>20-05-2014</u> A relatora não enviou/apresentou o relatório na reunião de <u>14-05-2014</u>	<u>Por indicação do coordenador do GP/PS, de 15-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa</u>
06-05-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES - Relatório 2013 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia[COM(2014)224]. Este Relatório tem dois documentos associados: SWD(2014)141 e SWD(2014)142.	Deputado Carlos Abreu Amorim (PSD)	14-05-2014	NA	<u>Por indicação do relator, de 07-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa</u>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

02-06-2014	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO relativa à iniciativa de cidadania europeia «Um de nós» [COM(2014)355].	Deputado João Lobo (PSD)	04-06-2014	NA	<u>Por indicação do relator, de 07-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa</u>
08-07-2014	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Relatório final sobre a execução da Estratégia de Segurança Interna da UE 2010-2014 [COM(2014)365].	Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)	10-09-2014	NA	<u>Por indicação do relator, de 07-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa</u>
16-02-2015	Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo à proteção contra os efeitos da aplicação extraterritorial de legislação adotada por um país terceiro e das medidas nela baseadas ou dela resultantes (reformulação) – COM(2015)48 <i>Obs: também distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i>	Deputado João Lobo (PSD)	04-03-2015	NA	<u>Por indicação do relator, de 07-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa</u>
13-03-2015	Proposta de Decisão do Conselho Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal – COM(2015)86 <i>Obs: distribuído também às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e de Educação, Ciência e Cultura</i>	Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)	01-04-2015	NA	<u>Por indicação do relator, de 07-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa</u>
20-03-2015	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO BANCO CENTRAL EUROPEU, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL E AO COMITÉ DAS REGIÕES Painel da Justiça na UE de 2015 – COM(2015)116	Deputado João Lobo (PSD)	01-04-2015	NA	<u>Por indicação do relator, de 07-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa</u>
30-04-2015	DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, e à aplicação provisória do Acordo de Parceria Estratégica entre a União Europeia e os Estados-Membros, por um lado, e o Canadá, por outro lado – JOIN(2015)10	Deputada Maria Paula Cardoso (PSD)	06-05-2014	NA	<u>Por indicação do relator, de 07-07-2015, não se efetuará o escrutínio da iniciativa</u>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Deliberado não escrutinar – 81

Data de receção na CACDLG	Título do Documento	Data de anúncio à CACDLG
06-10-2014	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no Comité Misto do EEE sobre uma alteração do Protocolo n.º 31 do Acordo EEE relativo à cooperação em domínios específicos não abrangidos pelas quatro liberdades (proteção dos consumidores) [COM(2014)524].	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 08-10-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
06-10-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO relativo ao reexame conjunto da aplicação do Acordo entre a União Europeia e os Estados Unidos da América sobre o tratamento de dados de mensagens de pagamentos financeiros e a sua transferência da União Europeia para os Estados Unidos para efeitos do Programa de Detecção do Financiamento do Terrorismo [COM(2014)513]	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 08-10-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
06-10-2014	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no Comité Misto do EEE sobre uma alteração do Protocolo n.º 31 do Acordo EEE relativo à cooperação em domínios específicos não abrangidos pelas quatro liberdades (Galileo) [COM(2014)525]	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 08-10-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
06-10-2014	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que determina determinadas consequências financeiras diretas que resultam da cessação da participação do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte em determinados atos da União no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal adotados antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. [COM(2014)595]	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 08-10-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
06-10-2014	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no Comité Misto do EEE sobre uma alteração ao Protocolo n.º 31 do Acordo EEE relativo à cooperação em domínios específicos não abrangidos pelas quatro liberdades (programa no domínio da saúde) [COM(2014)522].	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 08-10-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
06-10-2014	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar, em nome da União Europeia, no Comité Misto do EEE, sobre uma alteração ao Protocolo n.º 31 do Acordo EEE relativo à cooperação em domínios específicos não abrangidos pelas quatro liberdades (Rubricas orçamentais 02.03.01 e 12.02.01) [COM(2014)523]	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 08-10-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
06-10-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre o Inventário do Espetro Radioelétrico [COM(2014)536]	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 08-10-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
06-10-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Relatório anual sobre as políticas da União Europeia em matéria de ajuda humanitária e de proteção civil e respetiva execução em 2013 [COM(2014)537]	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 08-10-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

06-10-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a execução e os resultados do programa Pericles para a proteção do euro contra a falsificação no período 2006-2013 [COM(2014)550].	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 08-10-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
06-10-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a aplicação da Decisão-Quadro 2008/919/JAI do Conselho, de 28 de novembro de 2008, que altera a Decisão-Quadro 2002/475/JAI relativa à luta contra o terrorismo [COM(2014)554]	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 08-10-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
03-11-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES sobre a implementação, os resultados e a avaliação global do Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre as Gerações, 2012 [COM(2014)562]	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 26-11-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
03-11-2014	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza os Estados-Membros a ratificar, no interesse da União Europeia, o Protocolo de 2014 relativo à Convenção sobre o trabalho forçado, de 1930, da Organização Internacional do Trabalho no que diz respeito a questões relacionadas com a política social [COM(2014)563].	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 26-11-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
03-11-2014	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que autoriza os Estados-Membros a ratificar, no interesse da União Europeia, o Protocolo de 2014 relativo à Convenção sobre o trabalho forçado, de 1930, da Organização Internacional do Trabalho no que diz respeito a questões relacionadas com a a cooperação judiciária em matéria penal [COM(2014)559]	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 26-11-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
10-11-2014	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO que determina certas disposições decorrentes da notificação e as disposições transitórias relativamente à cessação da participação do Reino Unido da Grã-Bretanha e da Irlanda do Norte em determinados atos da União no domínio da cooperação policial e da cooperação judiciária em matéria penal adotados antes da entrada em vigor do Tratado de Lisboa. [COM(2014)596]	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 26-11-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
10-11-2014	COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Ajudar as autoridades nacionais a reprimirem os abusos do direito à livre circulação: Manual sobre os casamentos de conveniência entre cidadãos da UE e nacionais de países terceiros no quadro da legislação da UE em matéria de livre circulação dos cidadãos da União [COM(2014)604]	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 26-11-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
10-11-2014	Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar pela União Europeia no Comité Misto criado pelo Acordo entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Confederação Suíça, por outro, sobre a livre circulação de pessoas, relativamente à alteração do anexo II do referido Acordo relativo à coordenação dos regimes de segurança social [COM(2014)611]	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 26-11-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
10-11-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO 31.º RELATÓRIO ANUAL SOBRE O CONTROLO DA APLICAÇÃO DO DIREITO DA UE (2013) [COM(2014)612]	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 26-11-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

10-11-2014	RELATÓRIO DA COMISSÃO sobre a aplicação em 2013 do Regulamento (CE) n.º 1049/2001 relativo ao acesso do público aos documentos do Parlamento Europeu, do Conselho e da Comissão [COM(2014)619].	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 26-11-2014.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
29-01-2015	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os progressos efetuados pela Turquia no cumprimento dos requisitos fixados no roteiro para a liberalização do regime de vistos [COM(2014)646]. <i>Obs: também distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i>	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 04-02-2015.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
30-01-2015	Proposta conjunta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera ao Regulamento (UE) n.º 208/2014 que impõe medidas restritivas dirigidas a certas pessoas, entidades e organismos, tendo em conta a situação na Ucrânia - Join(2015)1 <i>Obs: também distribuída às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e de Defesa Nacional</i>	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 04-02-2015.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
13-02-2015	DECISÃO DO CONSELHO relativa à conclusão, em nome da União Europeia, da Convenção das Nações Unidas sobre a transparência da arbitragem entre os investidores e o Estado baseada nos tratados – COM(2015)20 <i>Obs: também distribuída às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e Comissão de Economia e Obras Públicas</i>	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 04-03-2015.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
13-02-2015	DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção das Nações Unidas sobre a transparência da arbitragem entre os investidores e o Estado baseada nos tratados – COM(2015)21 <i>Obs: também distribuída às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e à Comissão de Economia e Obras Públicas</i>	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 04-03-2015.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
13-02-2015	Proposta de RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os progressos realizados pela Roménia no âmbito do Mecanismo de Cooperação e de Verificação – COM(2015)35 <i>Obs: também distribuída às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i>	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 04-03-2015.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
13-02-2015	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre os progressos realizados pela Roménia no âmbito do Mecanismo de Cooperação e de Verificação – COM(2015)36 <i>Obs: também distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i>	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 04-03-2015.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>
23-02-2015	RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a avaliação ex post do Mecanismo Comunitário de Proteção Civil e do Instrumento Financeiro para a Proteção Civil no período 2007-2013 – COM(2015) 61 final <i>Obs: também distribuída à Comissão de Agricultura e Mar</i>	<u>Tomou-se conhecimento na reunião de 04-03-2015.</u> <u>Não foi selecionado para escrutínio</u>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

25-02-2015	<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO - Quinto relatório sobre o acompanhamento pós-liberalização dos vistos para os países dos Balcãs Ocidentais em conformidade com a Declaração da Comissão de 8 de novembro de 2010 (Texto relevante para efeitos do EEE) –COM(2015)58</p> <p><i>Obs: também distribuída à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 04-03-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
13-03-2015	<p>COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Elementos para uma estratégia regional da UE para a Síria e o Iraque, bem como para a ameaça representada pelo Da'esh – JOIN(2015)2</p> <p><i>Obs: distribuído também às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e de Orçamento, Finanças e Administração Pública</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
13-03-2015	<p>Proposta conjunta de REGULAMENTO DO CONSELHO que altera o Regulamento (CE) n.º 314/2004 relativo a certas medidas restritivas respeitantes ao Zimbabué –JOIN(2015)8</p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
13-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à posição a adotar pela União Europeia no Comité Misto criado pelo Acordo entre a Comunidade Europeia e os seus Estados-Membros, por um lado, e a Confederação Suíça, por outro, sobre a livre circulação de pessoas, no que diz respeito à alteração do anexo III do referido Acordo relativo ao reconhecimento mútuo das qualificações profissionais –COM(2015)76</p> <p><i>Obs: distribuído também às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, de Saúde e de Segurança Social e Trabalho</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
13-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO Relativa à assinatura, em nome da União Europeia, da Convenção do Conselho da Europa sobre a Manipulação de Competições Desportivas no que diz respeito a questões não relacionadas com o direito penal substantivo e com a cooperação judiciária em matéria penal –COM(2015)84</p> <p><i>Obs: distribuído também às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e de Educação, Ciência e Cultura</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
13-03-2015	<p>Proposta de decisão do Conselho relativa à assinatura, em nome da União Europeia, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e a República de Vanuatu sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração –COM(2015)92</p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

13-03-2015	<p>Proposta de decisão do Conselho relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e a Comunidade da Domínica sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração –COM(2015)97</p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
13-03-2015	<p>Proposta de decisão do Conselho relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e a Comunidade de Vanuatu sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração –COM(2015)101</p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
13-03-2015	<p>Proposta de decisão do Conselho relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e a República de Trindade e Tobago sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração –COM(2015)105</p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
13-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e a República de Trindade e Tobago sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração –COM(2015)106</p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
13-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e o Estado Independente de Samoa sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração –COM(2015)107</p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
13-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e o Estado Independente de Samoa sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração –COM(2015)108</p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
20-03-2015	<p>DOCUMENTO DE CONSULTA CONJUNTO Para uma nova Política Europeia de Vizinhança– Join(2015)6</p> <p><i>Obs: distribuído também às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, de Defesa Nacional e de Economia e Obras Públicas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
20-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e os Emirados Árabes Unidos sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração –COM(2015)91</p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

20-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e Granada sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – <u>COM(2015)93</u></p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
20-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e a República Democrática de Timor-Leste sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração –<u>COM(2015)94</u></p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
20-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e a Comunidade da Dominica sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração–<u>COM(2015)95</u></p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
20-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e Santa Lúcia sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – <u>COM(2015)96</u></p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
20-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e Granada sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração –<u>COM(2015)102</u></p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
20-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e os Emirados Árabes Unidos sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração –<u>COM(2015)103</u></p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
20-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e a República Democrática de Timor-Leste sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração – <u>COM(2015)104</u></p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
20-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União, e à aplicação provisória do Acordo entre a União Europeia e São Vicente e Granadinas sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração –<u>COM(2015)109</u></p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

20-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e Santa Lúcia sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração –COM(2015)110</p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
20-03-2015	<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO sobre a transparência fiscal para combater a evasão e a elisão fiscais –COM(2015)136</p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Orçamento e Finanças e Administração Pública</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
24-03-2015	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração do Acordo entre a União Europeia e São Vicente e Granadinas sobre a isenção de visto para as estadas de curta duração –COM(2015)111</p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
27-03-2015	<p>Proposta de Diretiva do Conselho que revoga a Diretiva 2003/48/CE do Conselho [COM(2015)129] (Subsidiariedade)</p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Orçamento e Finanças e Administração Pública</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
30-03-2015	<p>Proposta de DIRETIVA DO CONSELHO que altera a Diretiva 2011/16/UE no que respeita à troca automática de informações obrigatória no domínio da fiscalidade –COM(2015)135(Subsidiariedade)</p> <p><i>Obs: distribuído também à Comissão de Orçamento e Finanças e Administração Pública</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
30-03-2015	<p>COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Execução da Política Europeia de Vizinhança em 2014– JOIN(2015)9</p> <p><i>Obs: distribuído também às Comissões de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, de Defesa Nacional e de Economia e Obras Públicas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 01-04-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
02-04-2015	<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Fundo de Solidariedade da União Europeia Relatório Anual de 2013 –COM(2015)118</p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 06-05-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
02-04-2015	<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU em conformidade com o artigo 294.º, n.º 6, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativa à posição do Conselho sobre a adoção de um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo aos requisitos de homologação para a implantação do sistema eCall de bordo em veículos e que altera a Diretiva 2007/46/CE –COM(2015)126</p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Economia e Obras Públicas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 06-05-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

<p>30-04-2015</p>	<p>Proposta de REGULAMENTO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativo ao comércio de determinados produtos siderúrgicos entre a União Europeia e a República do Cazaquistão (codificação) – <u>COM(2015)157</u></p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Economia e Obras Públicas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 06-05-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>30-04-2015</p>	<p>PROJETO DE ORÇAMENTO RETIFICATIVO N.º 4 AO ORÇAMENTO GERAL DE 2015 QUE ACOMPANHA A PROPOSTA DE MOBILIZAÇÃO DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE DA UNIÃO EUROPEIA A FAVOR DA ROMÉLIA, BULGÁRIA E ITÁLIA –<u>COM(2015)161</u></p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 06-05-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>30-04-2015</p>	<p>Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia (inundações na Roménia, na Bulgária e em Itália) – <u>COM(2015)162</u></p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 06-05-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>30-04-2015</p>	<p>PARECER DA COMISSÃO em conformidade com o artigo 294.º, n.º 7, alínea c), do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia sobre as emendas do Parlamento Europeu à posição do Conselho relativa à proposta de DIRETIVA DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO que altera a Diretiva 96/53/CE do Conselho, de 25 de julho de 1996, que fixa as dimensões máximas autorizadas no tráfego nacional e internacional e os pesos máximos autorizados no tráfego internacional para certos veículos rodoviários em circulação na Comunidade – <u>COM(2015)169</u></p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Economia e Obras Públicas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 06-05-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>30-04-2015</p>	<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU em conformidade com o artigo 294.º, n.º 6, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativa à posição do Conselho respeitante à adoção de um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho que altera o Regulamento (CE) n.º 1346/2000 do Conselho relativo aos processos de insolvência –<u>COM(2015)173</u></p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Economia e Obras Públicas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 06-05-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>30-04-2015</p>	<p>O RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU Experiência adquirida com a aplicação da Diretiva 2003/122/EURATOM relativa ao controlo de fontes radioativas seladas de atividade elevada e de fontes órfãs–<u>COM(2015)158</u></p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 06-05-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

<p>07-05-2015</p>	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Acordo de Estabilização e de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica, por um lado, e o Kosovo*, por outro – <u>COM(2015)181</u> <i>Obs. Distribuída também à:</i></p> <p><i>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública Comissão de Economia e Obras Públicas, Comissão de Agricultura e Mar, Comissão de Educação Ciência e Cultura, Comissão de Segurança Social e Trabalho, Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>07-05-2015</p>	<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU em conformidade com o artigo 294.º, n.º 6, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativa à Posição do Conselho sobre a adoção de um regulamento do Parlamento Europeu e do Conselho relativo às informações que acompanham as transferências de fundos (Texto relevante para efeitos do EEE)–<u>COM(2015)187</u></p> <p>Relacionadas com a presente iniciativa a Assembleia da República escrutinou a Proposta de Regulamento <u>COM(2013)44</u> – com relatório da COFAP, e <u>Proposta de Diretiva COM(2013)45</u> – com relatório da CACDLG e COFAP [Relator CACDLG – Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)].</p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>07-05-2015</p>	<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU em conformidade com o artigo 294.º, n.º 6, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia relativa à posição do Conselho sobre a adoção de uma diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo–<u>COM(2015)188</u></p> <p>Relacionadas com a presente iniciativa estão a <u>Proposta de Diretiva COM(2013)45</u> – com relatório da CACDLG e COFAP [Relator CACDLG – Deputado Paulo Simões Ribeiro (PSD)], e a <u>COM(2015)187</u>(hoje distribuída)</p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>07-05-2015</p>	<p>COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Plano de Ação para os Direitos Humanos e a Democracia (2015-2019) «Manter os direitos humanos no centro da agenda da UE»– <u>JOIN(2015)16</u></p> <p><i>Obs. Distribuída também à Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

<p>14-05-2015</p>	<p>COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Desenvolver as capacidades para promover a segurança e o desenvolvimento - Capacitar os parceiros para a prevenção e a gestão das crises- <u>JOIN(2015)17</u> <i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u> <u>Comissão de Defesa Nacional</u></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>14-05-2015</p>	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Protocolo de Alteração do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça que prevê medidas equivalentes às previstas na Diretiva 2003/48/CE do Conselho relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros- <u>COM(2015)150</u> <i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u> <u>Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública,</u> <u>Comissão de Economia e Obras Públicas</u></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>14-05-2015</p>	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Protocolo de Alteração do Acordo entre a Comunidade Europeia e a Confederação Suíça que prevê medidas equivalentes às previstas na Diretiva 2003/48/CE do Conselho relativa à tributação dos rendimentos da poupança sob a forma de juros- <u>COM(2015)151</u> <i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u> <u>Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</u> <u>Comissão de Economia e Obras Públicas</u></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>14-05-2015</p>	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à assinatura, em nome da União Europeia, do Acordo de Estabilização e de Associação entre a União Europeia e a Comunidade Europeia da Energia Atómica, por um lado, e o Kosovo*, por outro- <u>COM(2015)183</u> <i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u> <u>Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</u> <u>Comissão de Economia e Obras Públicas</u> <u>Comissão de Agricultura e Mar</u> <u>Comissão de Educação Ciência e Cultura</u> <u>Comissão de Segurança Social e Trabalho</u> <u>Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local</u></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>14-05-2015</p>	<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Agenda Europeia para a Segurança- <u>COM(2015)185</u> <i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u> <u>Comissão de Defesa Nacional</u> <u>Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</u> <u>Comissão de Economia e Obras Públicas</u> <u>Comissão de Educação Ciência e Cultura</u> <u>Comissão do Ambiente, Ordenamento do Território e Poder Local</u></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

<p>14-05-2015</p>	<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO E AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU Relatório sobre a aplicação da Diretiva 2004/113/CE do Conselho que aplica o princípio de igualdade de tratamento entre homens e mulheres no acesso a bens e serviços e seu fornecimento) –COM(2015)190 <i>Obs. Distribuída também à: Comissão de Economia e Obras Públicas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>14-05-2015</p>	<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Estratégia para o Mercado Único Digital na Europa–COM(2015)192 <i>Obs. Distribuída também à: Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública Comissão de Economia e Obras Públicas Comissão de Educação Ciência e Cultura</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>14-05-2015</p>	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco à Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controlo do Tabaco, no respeitante às disposições do Protocolo abrangidas pelo âmbito de aplicação da Parte III, Título V, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia – COM(2015)193 <i>Obs. Distribuída também à: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública Comissão de Economia e Obras Públicas Comissão de Saúde</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>14-05-2015</p>	<p>Proposta de DECISÃO DO CONSELHO relativa à celebração, em nome da União Europeia, do Protocolo para a Eliminação do Comércio Ilícito de Produtos do Tabaco à Convenção-Quadro da Organização Mundial de Saúde para o Controlo do Tabaco, no respeitante às disposições do Protocolo que não são abrangidas pelo âmbito de aplicação da Parte III, Título V, do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia–COM(2015)194 <i>Obs. Distribuída também à: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública Comissão de Economia e Obras Públicas Comissão de Saúde</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>15-05-2015</p>	<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Relatório de 2014 sobre a aplicação da Carta dos Direitos Fundamentais da UE–COM(2015)191 <i>Obs. Distribuída também à: Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</i></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

<p>22-05-2015</p>	<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES AGENDA EUROPEIA DA MIGRAÇÃO <u>COM(2015)240</u>.</p> <p><i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u> <u>Comissão de Educação Ciência e Cultura</u> <u>Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação</u></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>01-06-2015</p>	<p>COMUNICAÇÃO CONJUNTA AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO A UE e a ASEAN: uma Parceria com um Objetivo Estratégico <u>JOIN(2015)22</u>.</p> <p><i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u> <u>Comissão de Defesa Nacional</u> <u>Comissão de Economia e Obras Públicas</u> <u>Comissão de Ambiente, Ordenamento do Território e Poder</u></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>01-06-2015</p>	<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO CONSELHO relativo ao funcionamento das disposições transitórias em matéria de livre circulação dos trabalhadores da Croácia (primeira fase : 1 de julho de 2013 a 30 de junho de 2015) <u>COM(2015)233</u></p> <p><i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Segurança Social e Trabalho</u></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>01-06-2015</p>	<p>RELATÓRIO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU E AO CONSELHO Sétimo relatório semestral sobre o funcionamento do espaço Schengen 1 de novembro de 2014 - 30 de abril de 2015 <u>COM(2015)236</u></p> <p><i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>01-06-2015</p>	<p>Proposta de DECISÃO DO PARLAMENTO EUROPEU E DO CONSELHO relativa à mobilização do Fundo de Solidariedade da União Europeia para o pagamento de adiantamentos no âmbito do orçamento de 2016 <u>COM(2015)281</u></p> <p><i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Orçamento, Finanças e Administração Pública</u></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 03-06-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>
<p>9-06-2015</p>	<p>COMUNICAÇÃO DA COMISSÃO AO PARLAMENTO EUROPEU, AO CONSELHO, AO COMITÉ ECONÓMICO E SOCIAL EUROPEU E AO COMITÉ DAS REGIÕES Plano de Ação da UE contra o tráfico de migrantes (2015 - 2020) <u>COM(2015)285</u>.</p> <p>A iniciativa em referência prevê as ações específicas necessárias para aplicar a <u>Agenda Europeia da Migração</u> [COM(2015)240] - deliberado não escrutinar em 03-06-2015, distribuída no passado dia 22 de maio, e com a <u>Agenda Europeia para a Segurança</u> [COM(2015)185], distribuída no passado dia 18 de maio. – Deliberado não escrutinar em 03-06-2015</p> <p><i>Obs. Distribuída também à:</i> <u>Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas</u> <u>Comissão de Defesa Nacional</u> <u>Comissão de Educação Ciência e Cultura</u> <u>Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação</u></p>	<p><u>Tomou-se conhecimento na reunião de 9-07-2015.</u></p> <p><u>Não foi selecionado para escrutínio</u></p>

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

6. Outros pareceres/relatórios

A Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos Liberdades e Garantias apreciou, no âmbito das suas competências, os seguintes relatórios, sobre os quais emitiu parecer, a pedido de outras Comissões. Outros foram objeto de debate, precedido de audição, nos termos regimentais:

Proveniência	Assunto	Data Distribuição	Relator Designado	Data de Aprovação	Diligências	Observações	Estado
MAI	Relatório Anual de Segurança Interna 2013;	09-04-2014	Deputado Filipe Neto Brandão (PS)	22-10-2014	Of.º GAB-PAR n.º 1103/2014 de 22-10-2014	Audição MAI efetuada a 27-05-2014	Aprovado a 22-10-2014 CONCLUÍDO
GAB-PAR	Solicita parecer sobre interpretação e aplicação de normas regimentais relativas ao processo legislativo (Barrigas de Aluguer)	16-07-2014	Deputado Jorge Lação (PS) a 16-07-2014	Aprovado em 01-10-2014	Of. GPAR 972/2014 de 01-10-2014		Aprovado a 01-10-2014 CONCLUÍDO
8.ª CECC	Solicita parecer sobre a petição n.º 423/XII/3.ª "Solicitam a anulação da prova de avaliação de conhecimentos e competências, no que se refere às questões de natureza constitucional que se suscitam na petição	22-10-2014	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 22-10-2014 / Novo Relator - Deputado Hugo Lopes Soares (PSD) a 29-10-2014	Rejeitado com os votos Contra do PSD e CDS-PP, a favor do PS, PCP e BE, com ausência do PEV na reunião da CACDLG de 29-10-2014 Aprovado em 31-10-2014	Of. CECC 1119 de 31-10-2014		Aprovado a 31-10-2014 CONCLUÍDO
Requerimento PSD	Resolução da AR n.º 87/2014, de 29 de outubro, «com vista à adoção de políticas públicas para a promoção da natalidade, a proteção das crianças e o apoio às famílias»	03-12-2014	Deputado Carlos Peixoto (PSD) a 3-12-2014	Aprovado em 04-02-2015	Of. GPAR 119/2015 de 04-02-2015		Aprovado a 04-02-2015 CONCLUÍDO
5.ª COFAP	Proposta de Lei n.º 259/XII/4.ª (GOV) – Proceda à nona alteração à Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, aprovada pela Lei n.º 98/97, de 26 de agosto,	10-12-2014	Deputado Carlos Abreu Amorim em 10-12-2014	Aprovado em 07-01-2015	Of. à COFAP (comissão competente) n.º 19/2015 de 07-01-2015		Aprovado a 07-01-2015 CONCLUÍDO

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Proveniência	Assunto	Data Distribuição	Relator Designado	Data de Aprovação	Diligências	Observações	Estado
5.ª COFAP	Conta geral do Estado 2013	07-01-2015	Deputado António Gameiro (PS) em 07-01-2015	Aprovado em 29-01-2015	Of. à COFAP n.º 113/2015 de 29-01-2015		Aprovado a 29-01-2015 CONCLUÍDO
CFBDP ADN	Relatório Anual relativo a 2014	21-01-2015	Deputada Isabel Oneto (PS) em 21-01-2015	Aprovado em 28-01-2015	Of. GPAR n.º 111/2015 de 28-01-2015		Aprovado a 28-01-2015 CONCLUÍDO
Deputado Eduardo Teixeira (PSD)	Solicita a pronúncia da Comissão sobre a questão da conciliação do exercício do mandato autárquico com o mandato parlamentar, com vista ao cumprimento da lei	18-02-2015	Deputada Isabel Alves Moreira (PS) a 18-02-2015	Aprovado em 25-03-2015	Of. GPAR n.º 378/2015 de 25-03-2015 / Of. Dep. E. Teixeira n.º 379 de 25-03-2015		Aprovado a 25-03-2015 CONCLUÍDO
MAI	Relatório anual de segurança interna de 2014	01-04-2015	Deputado Filipe Neto Brandão (PS) a 01-04-2015	Aprovado em 24-06-2015	Of. GPAR n.º 778/2015 de 24-06-2015		Aprovado a 24-06-2015 CONCLUÍDO
4.ª CAE	Pedido de Parecer sobre o Relatório "Portugal na União Europeia - 2014"	08-04-2015	Deputado João Lobo (PSD)	Aprovado em 29-04-2015	Of. à CAE n.º 499/2015 de 29-04-2015		Aprovado a 29-04-2015 CONCLUÍDO
Provedor de Justiça	Relatório Anual de Atividades relativo ao ano de 2014	29-04-2015	Deputado João Lobo (PSD) a 29-04-2015	Aprovado em 02-07-2014	Of.º GAB-PAR n.º 746/2015 de 17-06-2015	Não foi promovida a audição do Provedor de justiça	Aprovado a 17-06-2015 CONCLUÍDO
5.ª - COFAP	Pedido de pronúncia sobre a Proposta de Lei n.º 326/XII/4.ª (GOV) – Aprova o novo Regime Jurídico do Acesso e Exercício da Atividade Seguradora e Resseguradora, bem como os regimes processuais aplicáveis aos crimes especiais do sector segurador e dos fund	27-05-2015	Deputado Filipe Neto Brandão (PS) a 27-05-2015 (parecer rejeitado) / Nomeado novo Deputado Relator a 11-06-2015 - Deputado Paulo Rios de Oliveira (PSD)	Rejeitado o Parecer elaborado pelo Dep. Filipe Neto Brandão (PS) a 11-06-2015 / Parecer do Deputado Paulo Rios de Oliveira aprovado a 17-06-2015	Of. à COFAP n.º 745/2015 de 17-06-2015		Aprovado a 17-06-2015 CONCLUÍDO

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Proveniência	Assunto	Data Distribuição	Relator Designado	Data de Aprovação	Diligências	Observações	Estado
Grupo de Trabalho para a Consolidação Legislativa	Pedido de pronúncia sobre o ante Projeto de Lei consolidante sobre os direitos das associações de mulheres	03-06-2015	Deputada Francisca Almeida (PSD)	Aprovado em 24-06-2015	Of.º 780/2015 de 24-06-2015		Aprovado a 24-06-2015 CONCLUÍDO

7. Petições

Baixaram à CACDLG nesta Sessão Legislativa 24 Petições

- *Concluídas – 26 (3 da 3.ª Sessão Legislativa)*
- *Pendentes – 1*

Concluídas (26)

Nº	Data	Título	Situação
534/XII/4	2015-06-15	Requerem a suspensão do processo legislativo relativo à Proposta de Lei n.º 308/XII/4.ª, que "Transforma a Câmara dos Solicitadores em Ordem dos Solicitadores e dos Agentes de Execução, e aprova o respetivo Estatuto, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais", e a sua devolução ao Governo.	Concluída
533/XII/4	2015-06-12	Solicitam a aplicação imediata da Lei n.º Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro - que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais -, instituindo-se um regime transitório para os atuais Advogados estagiários e solicitando ainda a clarificação de algumas regras constantes da Proposta de Lei n.º 309/XII - "Aprova o novo Estatuto da Ordem dos Advogados".	Concluída
509/XII/4	2015-05-17	Pretendem que seja criado o "Dia Nacional de Combate à Homofobia".	Concluída
507/XII/4	2015-05-07	Solicita uma alteração ao Código Civil na parte relativa ao direito sucessório.	Concluída
506/XII/4	2015-04-28	Solicitam a criação de meios televisivos para exercício do direito de antena dos candidatos a eleições em termos equitativos.	Concluída
505/XII/4	2015-04-23	Solicita o agravamento das molduras penais dos crimes praticados contra menores	Concluída
504/XII/4	2015-04-22	Solicita a equiparação do regime de reformas dos vigilantes e seguranças privadas ao dos agentes da Polícia de Segurança Pública	Concluída

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Nº	Data	Título	Situação
493/XII/4	2015-03-31	Solicitam que os Grupos Parlamentares apresentem uma moção de censura ao Governo.	Concluída
485/XII/4	2015-03-16	Solicitam a alteração da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, que promove a proteção dos animais.	Concluída
480/XII/4	2015-03-02	Pretende que seja aprovada legislação sobre o Estatuto das organizações não-governamentais de proteção civil.	Concluída
479/XII/4	2015-03-02	Pretende que seja retirada a Condecoração da Grã-Cruz da Ordem do Mérito Empresarial a Zeinal Bava.	Concluída
477/XII/4	2015-02-25	Solicitam a consagração no Estatuto da Ordem dos Advogados da incompatibilidade com o exercício do mandato de Deputado à Assembleia da República.	Concluída
470/XII/4	2015-02-10	Solicita a alteração das Leis Eleitorais, para introdução do voto eletrónico.	Concluída
466/XII/4	2015-02-09	Reabertura da Comissão de Inquérito sobre o "Caso dos Submarinos" - Carta Aberta sobre o arquivamento do Processo dos Submarinos	Concluída
465/XII/4	2015-01-28	Revisão do sistema remuneratório dos conservadores, notários e oficiais de registo.	Concluída
464/XII/4	2015-01-26	Pela inconstitucionalidade e ilegalidade da pretensão legislativa de incompatibilizar o exercício das funções de agente de execução com o exercício do mandato judicial pelos advogados.	Concluída
456/XII/4	2014-12-16	Solicita a alteração do artigo 132.º do Regulamento Geral dos Estabelecimentos Prisionais	Concluída
453/XII/4	2014-11-28	Em defesa dos serviços públicos em Sines (Tribunal, Serviço de Finanças e Centro de Saúde).	Concluída
448/XII/4	2014-11-24	Solicitam a reabertura dos Postos de Atendimento da PSP de Leça do Balio e Guifões.	Concluída
443/XII/4	2014-11-14	Solicita alteração do artigo 196.º da Lei n.º 115/2009, de 12 de outubro, que Aprova o Código da Execução das Penas e Medidas Privativas da Liberdade.	Concluída
431/XII/4	2014-09-25	Solicita a alteração da legislação da nacionalidade	Concluída
430/XII/4	2014-09-23	A favor da não desqualificação/extinção dos tribunais do Médio Tejo	Proposta para apreciação em plenário
427/XII/4	2014-09-17	Impedir a aprovação da Proposta de Lei n.º 246/XII - cópia privada.	Concluída
411/XII/3	2014-07-11	Solicita a aprovação de uma lei de amnistia e perdão de penas.	Concluída

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Nº	Data	Título	Situação
408/XII/3	2014-07-10	Solicitam a adoção de medidas no sentido de rejeitar (revogar ou alterar) as normas referentes à desqualificação do Tribunal da Moita constantes do decreto-lei que regulamenta a Lei de Organização do Sistema Judiciário e que estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais.	Concluída
326/XII/3	2014-01-25	Pretende que o corpo de Aristides de Sousa Mendes seja trasladado para o Panteão Nacional.	Concluída

Pendentes – 1

Nº	Data	Título	Situação
540/XII/4	2015-06-29	Solicitam que os responsáveis pela prática/tradição "Queima do Gato" sejam punidos e a tradição seja abolida.	Em apreciação

8. Audições

Na presente Sessão, a 1.ª Comissão realizou 59 audições.

- *Audições com membros do Governo – 12*
- *Nos termos do n.º 2 do artigo 104.º - 11*
- *Requerimentos- 1*
- *Audições prévias à eleição de entidades externas – 1*
- *Audições com outras entidades – 46*

Audições com membros do Governo (12)

Assunto	Entidades	Data
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	S.E. DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E DA IGUALDADE	2015-06-23
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	MIN. DA JUSTIÇA; S.E. DA JUSTIÇA	2015-06-03
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	S.E. DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA; MIN DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	2015-05-13
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	S.E. DA JUSTIÇA; MIN. DA JUSTIÇA	2015-04-22
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	S.E. DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E DA IGUALDADE	2015-03-25
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	MIN DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA; S.E. ADJUNTO DO MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA; S.E. DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	2015-02-04
Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República	MIN. DA JUSTIÇA; S.E. DA JUSTIÇA	2015-01-14

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 254/XII/4.ª (GOV) - "Aprova o Orçamento do Estado para 2015"</u>	MIN. DA JUSTIÇA; S.E. DA JUSTIÇA	2014-11-12
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 254/XII/4.ª (GOV) - "Aprova o Orçamento do Estado para 2015"</u>	MIN. DA PRESIDÊNCIA E DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES; S.E. DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E DA IGUALDADE; S.E. DO DESPORTO E JUVENTUDE	2014-11-11
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 254/XII/4.ª (GOV) - "Aprova o Orçamento do Estado para 2015"</u>	S.E. DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA; MIN DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA; S.E. ADJUNTO DO MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA	2014-11-05
<u>Audição ao abrigo do n.º 2 do artigo 104.º do Regimento da Assembleia da República</u>	S.E. DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES E DA IGUALDADE	2014-10-21
<u>Audição com o objetivo de debater a situação existente nos tribunais portugueses e as medidas necessárias e urgentes para superar as dificuldades encontradas na entrada em vigor do novo mapa judiciário [requerida pelo Grupo Parlamentar do PCP]</u>	MIN. DA JUSTIÇA; S.E. DA ADMINISTRAÇÃO PATRIMONIAL E EQUIPAMENTOS DO MINISTRO DA JUSTIÇA	2014-09-23

Audições prévias à eleição de entidades externas (1)

Assunto	Entidades	Data
<u>Audição do candidato ao lugar de Juiz do Tribunal Constitucional, nos termos do n.º 3 dos artigos 256.º e 257.º do Regimento da Assembleia da República</u>	Juiz Desembargador José António Pires Teles Pereira	2015-06-30

Audições com outras entidades (46)

Assunto	Entidades	Data
<u>Audição conjunta no âmbito da nova apreciação na generalidade dos Projetos de Lei n.ºs 790/XII/4.ª (Iniciativa Legislativa de Cidadãos) - "Lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito de nascer" e 1021/XII/4.ª (PSD/CDS-PP) - "Procede à sétima alteração ao Decreto-Lei n.º 113/2011, de 29 de novembro, através da aplicação do pagamento de taxas moderadoras na interrupção de gravidez, quando realizada por opção da mulher, nas primeiras 10 semanas de gravidez"</u>	Comissão representativa dos subscritores da Iniciativa Legislativa de Cidadãos Pelo Direito a Nascer; associação para o Planeamento da Família (APF); UMAR - União de Mulheres Alternativa e Resposta; APMJ - Associação Portuguesa de Mulheres Juristas; Movimento Democrático de Mulheres-MDM; P&D Factor - Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento; Conselho de Administração da Maternidade Alfredo da Costa; Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida	2015-07-14
<u>Audição no âmbito da nova apreciação na generalidade do Projeto de Lei n.º 530/XII/3.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei que define os princípios que regem a cobertura jornalística das eleições e referendos nacionais" (requerimento do Grupo Parlamentar do PS)</u>	Associação Portuguesa de Imprensa	2015-06-09

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
<u>Audição no âmbito da nova apreciação na generalidade do Projeto de Lei n.º 530/XII/3.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei que define os princípios que regem a cobertura jornalística das eleições e referendos nacionais" (requerimento do Grupo Parlamentar do PS)</u>	Confederação Portuguesa dos Meios de Comunicação Social	2015-09-06
<u>Audição no âmbito da nova apreciação na generalidade do Projeto de Lei n.º 530/XII/3.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei que define os princípios que regem a cobertura jornalística das eleições e referendos nacionais" (requerimento do Grupo Parlamentar do PS)</u>	Sindicato dos Jornalistas	2015-06-09
<u>Audição no âmbito da nova apreciação na generalidade do Projeto de Lei n.º 530/XII/3.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei que define os princípios que regem a cobertura jornalística das eleições e referendos nacionais" (requerimento do Grupo Parlamentar do PS)</u>	Plataforma de Media Privados	2015-06-09
<u>Audição do Comissário Europeu para as Migrações, Assuntos Internos e Cidadania (conjunta com a Comissão de Assuntos Europeus)</u>	Dimitri Avramopoulos; Vice-Presidente da Comissão Europeia para o Euro e Diálogo Social, Valdis Dombrovskis	2015-06-04
<u>Audição no âmbito da apreciação na generalidade do Projeto de Lei n.º 790/XII/4.ª (ILC) - "Lei de apoio à maternidade e paternidade pelo direito de nascer", nos termos do n.º 4 do artigo 9.º da Lei n.º 17/2003, de 4 de junho (alterada pela Lei n.º 26/2012, de 24 de julho).</u>	Comissão representativa dos subscritores da Iniciativa Legislativa de Cidadãos Pelo Direito a Nascer	2015-06-02
<u>Audição no âmbito da Proposta de Lei n.º 318/XII/4.ª (GOV) - Define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal para o biénio de 2015-2017", nos termos do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 17/2006, de 23 de maio, que aprova a Lei-Quadro da Política Criminal</u>	Procuradora-Geral da República	2015-06-02
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 308/XII/4.ª (GOV)</u>	Câmara dos Solicitadores	2015-05-26
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 310/XII/4.ª (GOV)</u>	Ordem dos Notários	2015-05-26
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 309/XII/4.ª (GOV)</u>	Ordem dos Advogados	2015-05-26
<u>Audição conjunta para apresentação de proposta referentes ao enquadramento institucional da Polícia Judiciária</u>	Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP); Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal da Polícia Judiciária	2015-05-12
<u>Audição conjunta, requerida pelo Grupo Parlamentar do PS, no âmbito da nova apreciação na generalidade dos Projetos de Lei n.ºs 426/XII/2.ª (PCP), 778/XII/4.ª (PS) e 781/XII/4.ª (BE) - Declaração de morte presumida em caso de naufrágio</u>	ASF - Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões; Federação dos Sindicatos do Setor da Pesca; Mútua dos Pescadores; Associação Pró-Maior Segurança dos Homens do Mar; Autoridade Marítima Nacional; Autoridade Nacional de Proteção Civil	2015-05-05
<u>Audição sobre a situação atual da liberdade religiosa no mundo, a propósito do relatório apresentado sobre o tema pela Fundação Ajuda à Igreja que Sofre, relativo ao período entre 2012 e 2014</u>	Comissão da Liberdade Religiosa	2015-04-28

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
<u>Audição sobre a situação atual da liberdade religiosa no mundo, a propósito do relatório apresentado sobre o tema pela Fundação Ajuda à Igreja que Sofre, relativo ao período entre 2012 e 2014</u>	Fundação Ajuda à Igreja que Sofre	2015-04-28
<u>Audição conjunta no âmbito da apreciação na especialidade das iniciativas legislativas sobre o enriquecimento ilícito/injustificado</u>	Professor Doutor Germano Marques da Silva; Dr. Manuel Magalhães e Silva; Dr. Paulo Saragoça da Matta	2015-04-14
<u>Audição do Provedor de Justiça, no âmbito das funções que lhe são cometidas enquanto Mecanismo Nacional de Prevenção no quadro do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes.</u>	Provedor de Justiça, Professor Doutor José de Faria Costa	2015-04-08
<u>Audição conjunta sobre a existência na Autoridade Tributária de uma denominada "Lista de Contribuintes VIP"</u>	CNPD - Comissão Nacional de Proteção de Dados	2015-04-08
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade das iniciativas legislativas sobre enriquecimento ilícito/injustificado: Projetos de Lei n.ºs 765/XII/4.ª (BE), 766/XII/4.ª (BE), 782/XII/4.ª (PCP), 798/XII/4.ª (PSD/CDS-PP), 801/XII/4.ª (PS), 803/XII/4.ª (PCP) e 808/XII/4.ª (PS)</u>	Conselho de Prevenção da Corrupção	2015-04-07
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade das iniciativas legislativas sobre enriquecimento ilícito/injustificado: Projetos de Lei n.ºs 765/XII/4.ª (BE), 766/XII/4.ª (BE), 782/XII/4.ª (PCP), 798/XII/4.ª (PSD/CDS-PP), 801/XII/4.ª (PS), 803/XII/4.ª (PCP) e 808/XII/4.ª (PS)</u>	Ordem dos Advogados	2015-04-07
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade das iniciativas legislativas sobre enriquecimento ilícito/injustificado: Projetos de Lei n.ºs 765/XII/4.ª (BE), 766/XII/4.ª (BE), 782/XII/4.ª (PCP), 798/XII/4.ª (PSD/CDS-PP), 801/XII/4.ª (PS), 803/XII/4.ª (PCP) e 808/XII/4.ª (PS)</u>	Conselho Superior do Ministério Público	2015-04-07
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade das iniciativas legislativas sobre enriquecimento ilícito/injustificado: Projetos de Lei n.ºs 765/XII/4.ª (BE), 766/XII/4.ª (BE), 782/XII/4.ª (PCP), 798/XII/4.ª (PSD/CDS-PP), 801/XII/4.ª (PS), 803/XII/4.ª (PCP) e 808/XII/4.ª (PS)</u>	Conselho Superior da Magistratura	2015-04-07
<u>Apresentação de uma aplicação informática para utilização pelos órgãos de polícia criminal e autoridades judiciais</u>	Dr. António Gomes, Juiz de Direito da Comarca do Baixo-Vouga; Juiz Desembargador, Dr. Paulo Brandão, Juiz Presidente da Comarca do Baixo-Vouga	2015-02-25
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 263/XII/4.ª - "Procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 299/99, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de dezembro" (requerida pelo Grupo Parlamentar do PS)</u>	Ordem dos Advogados	2015-01-30

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 263/XII/4.ª - "Procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 299/99, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de dezembro"</u> (requerida pelo Grupo Parlamentar do PS)	Conselho Superior do Ministério Público	2015-01-30
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 263/XII/4.ª - "Procede à vigésima primeira alteração ao Código de Processo Penal, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 78/87, de 17 de fevereiro, à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 299/99, de 4 de agosto, e à quarta alteração ao Decreto-Lei n.º 317/94, de 24 de dezembro"</u> (requerida pelo Grupo Parlamentar do PS)	Conselho Superior da Magistratura	2015-01-30
<u>Audição no âmbito da Proposta de Lei n.º 273/XII/4.ª - "Procede à primeira alteração à Lei n.º 73/2009, de 12 de agosto, que estabelece as condições e os procedimentos a aplicar para assegurar a interoperabilidade entre sistemas de informação dos órgãos de polícia criminal, e à segunda alteração à Lei n.º 49/2008, de 27 de agosto, que aprova a Lei de Organização da Investigação Criminal"</u> [a requerimento do GP do PS]	Secretário-Geral do Sistema de Segurança Interna	2015-01-28
<u>Audição no âmbito da Resolução da AR n.º 87/2014, de 29 de outubro - Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade</u> [a requerimento do GP do PSD]	Comissão Nacional de Justiça e Paz (em representação da Conferência Episcopal Portuguesa)	2014-12-19
<u>Audição do indigitado ao cargo de Diretor do Serviço de Informações de Segurança, nos termos do n.º 5 do artigo 15.º da Lei Orgânica n.º 4/2014, de 13 de agosto</u>	Dr. Adélio Torres Neiva da Cruz	2014-12-19
<u>Audição no âmbito da Resolução da AR n.º 87/2014, de 29 de outubro - Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade</u> (requerida pelo GP do PS)	ILGA Portugal	2014-12-16
<u>Audição no âmbito da Resolução da AR n.º 87/2014, de 29 de outubro - Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade</u> (requerida pelo GP do PCP)	Autoridade para as Condições do Trabalho - ACT	2014-12-16
<u>Audição no âmbito da Resolução da AR n.º 87/2014, de 29 de outubro - Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade</u> [a requerimento do GP do PSD]	CIG - Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género	2014-12-16
<u>Audição no âmbito da Resolução da AR n.º 87/2014, de 29 de outubro - Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade</u> [a requerimento do GP do PSD]	Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco (CNPCJR)	2014-12-16
<u>Audição no âmbito da Resolução da AR n.º 87/2014, de 29 de outubro - Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade</u> [a requerimento do GP do PSD]	Instituto de Apoio à Criança	2014-12-16

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
<u>Audição no âmbito da Resolução da AR n.º 87/2014, de 29 de outubro - Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade [a requerimento do GP do PSD]</u>	Dr.ª Lucília Maia - Procuradora-Geral Adjunta - Coordenadora da Comissão encarregue da revisão do Decreto-Lei n.º 185/93, de 22 de maio, que aprova o regime jurídico da adoção	2014-12-16
<u>Audição no âmbito da Resolução da AR n.º 87/2014, de 29 de outubro - Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade [a requerimento do GP do PSD]</u>	Dr. Francisco Moreira Maia Neto - Procurador-Geral Adjunto - Coordenador da Comissão encarregue da revisão da Lei n.º 314/78, de 27 de outubro, que revê a Organização Tutelar de Menores	2014-12-16
<u>Audição sobre a atuação dos serviços de informações nas instalações centrais do Instituto dos Registos e Notariado, nomeadamente envolvendo escutas no gabinete do Presidente desse Instituto (requerimentos dos Grupos Parlamentares do BE e do PCP)</u>	Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa (SIRP), Dr. Júlio Pereira	2014-12-03
<u>Audição sobre a atuação dos serviços de informações nas instalações centrais do Instituto dos Registos e Notariado (requerimento do Grupo Parlamentar do BE) e acerca da eventual ligação da ação do Serviço de Informações da República a factos relacionados com suspeitas de práticas de corrupção ligadas à concessão de autorizações de residência para atividades de investimento (vistos gold), ao mais alto nível da Administração Pública (requerimento do Grupo Parlamentar do PS)</u>	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa	2014-11-27
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade das Propostas de Lei n.º 245/XII/3.ª (GOV) 246/XII/3.ª (GOV) e 247/XII/3.ª (GOV) - Direito de autor e direitos conexos</u>	Associação Portuguesa de Imprensa / Visapress	2014-11-04
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade das Propostas de Lei n.º 245/XII/3.ª (GOV) 246/XII/3.ª (GOV) e 247/XII/3.ª (GOV) - Direito de autor e direitos conexos</u>	Associação para a Gestão da Cópia Privada - AGE COP	2014-11-04
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade das Propostas de Lei n.º 245/XII/3.ª (GOV) 246/XII/3.ª (GOV) e 247/XII/3.ª (GOV) - Direito de autor e direitos conexos</u>	SPA - Sociedade Portuguesa de Autores	2014-11-04
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade das Propostas de Lei n.º 245/XII/3.ª (GOV) 246/XII/3.ª (GOV) e 247/XII/3.ª (GOV) - Direito de autor e direitos conexos</u>	APRITEL - Associação dos Operadores de Comunicações Eletrónicas	2014-11-04
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade das Propostas de Lei n.º 245/XII/3.ª (GOV) 246/XII/3.ª (GOV) e 247/XII/3.ª (GOV) - Direito de autor e direitos conexos</u>	AGEFE - Associação Empresarial dos Setores Elétrico, Eletrodoméstico, Fotográfico e Eletrónico	2014-11-04
<u>Audição no âmbito da apreciação na especialidade das Propostas de Lei n.º 245/XII/3.ª (GOV) 246/XII/3.ª (GOV) e 247/XII/3.ª (GOV) - Direito de autor e direitos conexos</u>	APIGRAF- Associação Portuguesa das Indústrias Gráficas, de Comunicação Visual e Transformadoras do Papel	2014-11-04
<u>Audição para apresentação do parecer de 2013 sobre o funcionamento do Sistema de Informações da República Portuguesa (conjunta com a Comissão de Defesa Nacional)</u>	Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa	2014-10-15

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
Audição no âmbito da discussão na especialidade da Proposta de Lei n.º 162/XII/2.ª (ALRAA) que "Estabelece o Regime do Referendo Regional" e do Projeto de Lei n.º 35/XII/1.ª (PCP) - "Lei Orgânica do Regime do Referendo Regional".	Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores	2014-09-23

9. Audiências

Foram concedidas 10 audiências

- Audiências concedidas pela 1.ª Comissão - 8
- Audiências concedidas pelo Presidente da 1.ª Comissão –2

Audiências concedidas pela 1.ª Comissão (8)

Assunto	Entidades	Data
Audiência no âmbito da apreciação na especialidade da Proposta de Lei n.º 343/XII/4.ª (GOV) - "Procede à 23.ª alteração ao Código de Processo Penal e aprova o Estatuto da Vítima, transpondo a Diretiva n.º 2012/29/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro de 2012, que estabelece normas relativas aos direitos, ao apoio e à proteção das vítimas da criminalidade e que substitui a Decisão-Quadro n.º 2001/220/JAI, do Conselho, de 15 de março de 2001"	APAV - Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	2015-07-09
Reunião no âmbito do IV Ciclo de Avaliações Mútuas - Prevenção da corrupção em relação a Deputados, Juizes e Magistrados do Ministério Público (Conjunta com o Grupo de Trabalho - Registo de Interesses da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação)	Equipa de Avaliadores do Grupo de Estados contra a Corrupção (GRECO)	2015-06-30
Audiência para apresentação de sugestões de alteração à Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro, que aprovou a criação de uma Base de Dados de Perfis de ADN	Conselho de fiscalização da base de dados de perfis de ADN	2015-06-23
Audiência de dois diretores editoriais (nomeados pelo grupo de 20 diretores dos principais meios de comunicação de âmbito nacional - da Imprensa, Televisão e Rádio) no âmbito da nova apreciação na generalidade do Projeto de Lei n.º 530/XII/3.ª (PSD/CDS-PP) - "Lei que define os princípios que regem a cobertura jornalística das eleições e referendos nacionais"	Dr. Pedro Camacho - Diretor da Visão; Dra. Graça Franco - Diretora da Rádio Renascença	2015-06-09
O papel do Parlamento no processo de harmonização da Constituição e das Leis com a legislação europeia; na relação entre os poderes legislativo, executivo e judicial e no enquadramento legal da independência das magistraturas	Vice-Presidente do Parlamento da República de Montenegro, Branko Radulovic	2015-03-18
Reunião com a Relatora Especial das Nações Unidas para a Independência dos Juizes e Advogados	Dra. Gabriela Knaul, Relatora Especial das Nações Unidas para a Independência dos Juizes e Advogados	2015-01-29
Reunião com uma delegação do Instituto Internacional de Imprensa (IPI - International Press Institute) acerca das leis de difamação em Portugal - particularmente as leis criminais - e as suas implicações para a liberdade de informação no país.	IPI - International Press Institute	2015-01-21

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
<u>Reunião com uma delegação do Senado da Califórnia acerca dos direitos LGBT e do combate à homofobia e à transfobia</u>	The Honorable Ricardo Lara (Delegation Leader), Chair, Latino Legislative Caucus; Ms. Ezilda Samoville, Director, Senate Office of International Relations; and Member of the Board and Executive Director, California International Relations Foundation	2014-09-16

Audiências concedidas pelo Presidente da 1.ª Comissão (2)

Assunto	Entidades	Data
<u>Apresentação de cumprimentos e troca de experiências com a 1.ª Comissão Parlamentar da Assembleia da República de Moçambique</u>	Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos Humanos e de Legalidade da Assembleia da República de Moçambique	2015-06-16
<u>Audiência para apresentação de cumprimentos dos novos corpos gerentes da APAR e para abordar alguns assuntos relacionados com o sistema prisional</u>	Associação Portuguesa de Apoio ao Recluso - APAR	2014-10-28

10. Eventos

Foram realizados 6 eventos

- Conferências – 2
- Cerimónias – 1
- Colóquios - 1
- Outros - 2

Eventos (6)

Tipo	Designação	Local	Data
Conferência	<u>Conferência Interparlamentar «O Reforço da Aplicação do TCA e do UNPoA através do Intercâmbio e da Cooperação Parlamentares Sul-Sul»</u>	Sala do Senado	2015-06-15
Conferência	<u>«A Base de Dados de Perfis de ADN face ao Direito Penal e Processual Penal e à Convenção Europeia dos Direitos do Homem»</u>	Auditório do Novo Edifício da Assembleia da República	2015-04-24
Colóquio	<u>"A Lei n.º 5/2008, de 12 de fevereiro, que aprovou a criação da base de dados de perfis de ADN e a investigação criminal - balanço e perspetivas"</u>	Auditório do Novo Edifício	2015-03-27
Outros	<u>Apresentação do "Estudo sobre a feitura das Leis"</u>	Auditório do Novo Edifício - Assembleia da República	2014-11-28

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Tipo	Designação	Local	Data
Outros	<u>Ciclo de Cinema "Direitos Humanos" - Exibição do Filme a "noite Escura", de João Canijo</u>	Auditório do Novo Edifício da Assembleia da República	2014-11-27
Cerimónia	<u>Cerimónia de entrega do Prémio Direitos Humanos 2014</u>	Salão Nobre das Assembleia da República	2014-12-10

Visitas (1)

Designação	Local	Data
<u>Visita de trabalho ao Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça, I. P. (IGFEJ,I.P.)</u>	Av. D. João II, n.º 1.08.01D Bloco H 1990-097 Lisboa	De 2015-04-21 a 2015-04-

11. Deslocações/ Representações

Deslocações / Representações (36)

Tipo	Assunto	Local	Data
Representação	<u>Cerimónia comemorativa do 30.º Aniversário do Serviço de Informações de Segurança</u>	Forte D. Carlos I - Ameixoeira	De 2015-07-06 a 2015-07-06
Representação	<u>Cerimónia Comemorativa do 148.º Aniversário da Polícia de Segurança Pública</u>	Claustros da Direção Nacional - Penha de França - Lisboa	De 2015-07-02 a 2015-07-02
Representação	<u>Cerimónia de lançamento do livro "Acesso à Informação de Saúde" - Mesa de Honra</u>	Ordem dos Médicos - Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 151 - Lisboa	De 2015-07-01 a 2015-07-01
Representação	<u>Despedida do Senhor Embaixador de Espanha em Portugal</u>	Embaixada de Espanha em Portugal - Casa Palhavã	De 2015-06-24 a 2015-06-24
Representação	<u>Conferência Interparlamentar «O Reforço da Aplicação do TCA e do UNPoA através do Intercâmbio e da Cooperação Parlamentares Sul-Sul»</u>	Sala do Senado da Assembleia da República	De 2015-06-15 a 2015-06-16
Representação	<u>V Fórum Parlamentar Hispano - Português</u>	Madrid	De 2015-06-08 a 2015-06-09

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Tipo	Assunto	Local	Data
Representação	Reunião Interparlamentar sobre "A Fiscalização democrática dos serviços de inteligência na União Europeia"	Parlamento Europeu, Bruxelas	De 2015-05-28 a 2015-05-29
Representação	104.º Aniversário da Guarda Nacional Republicana	Praça do Império - Lisboa	De 2015-05-03 a 2015-05-03
Representação	IV Edição do Congresso Internacional de Direito Processual	Havana - Cuba	De 2015-04-22 a 2015-04-25
Representação	Sessão Solene dos 40 Anos do Provedor de Justiça e Seminário subordinado ao tema "O Provedor de Justiça no futuro - os novos desafios"	Sala do Senado, Assembleia da República	De 2015-04-21 a 2015-04-21
Representação	Cerimónia de Tomada de Posse da Presidente da Direção Nacional da Associação Sindical de Juizes Portugueses	Sede Nacional da Associação de Juizes Portugueses - Lisboa	De 2015-04-10 a 2015-04-10
Representação	Tomada de Posse dos Órgãos Sociais do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público	Auditório do Centro de Estudos Judiciários - Lisboa	De 2015-04-09 a 2015-04-09
Representação	Conferência subordinada ao tema "O Diálogo Norte-Sul nsobre Migrações"	Centro Cultural de Lagos - Portugal	De 2015-03-30 a 2015-03-31
Representação	Cimeira "Women in Parliaments Global Forum"	Adis Abeba - Etiópia	De 2015-03-23 a 2015-03-26
Representação	Cerimónia de lançamento Projeto-piloto Pacote Fronteiras Inteligentes (Smart Borders Package)	Auditório Ícaro (ANA) do Aeroporto de Lisboa	De 2015-03-15 a 2015-03-15
Representação	Reunião Interparlamentar "Empowering women and girl through education"	Parlamento Europeu, em Bruxelas	De 2015-03-05 a 2015-03-05
Representação	Sessão Comemorativa do Dia Internacional das Mulheres - Pequim+20: uma Agenda em Aberto	Centro de Acolhimento ao Cidadão (Palácio de S. Bento)	De 2015-03-05 a 2015-03-05
Representação	Reunião Interparlamentar subordinada ao tema: "Cross-border activities in the EU - Making life easier for citizen"	Parlamento Europeu - Bruxelas	De 2015-02-26 a 2015-02-26

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Tipo	Assunto	Local	Data
Representação	Jornadas Parlamentares da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) - Os temas a debater incluíram: "Situação Económica, Financeira e Social"; Energia, Construção de Modelo Económico de Baixo Teor em Carbono, Fiscalidade, Corrupção e Economia Digital;	Centro de Conferências da OCDE - Paris	De 2015-02-25 a 2015-02-27
Representação	Jornadas Parlamentares da OCDE - temas em debate: "Situação Económica, Financeira e Social"; Sessões sobre: Energia, Construção de um Modelo Económico de Baixo Teor em Carbono, Fiscalidade, Corrupção e Economia Digital	Centro de Conferências da OCDE - Paris	De 2015-02-25 a 2015-02-27
Representação	Reunião Interparlamentar subordinada ao tema "The Smart Borders Package: European Challenges, National Experiences, the Way Ahead"	Parlamento Europeu - Bruxelas	De 2015-02-23 a 2015-02-24
Representação	9.ª edição do Dia Europeu da Proteção de Dados, sob o lema "Controlar os seus dados pessoais é controlar a sua identidade e escolher em liberdade"	Auditório do Edifício Novo da Assembleia da República	De 2015-01-28 a 2015-01-28
Representação	Cerimónia de Evocação do Dia de Memória do Holocausto	Assembleia da República	De 2015-01-27 a 2015-01-27
Representação	Campanha de sensibilização "Tricota esta ideia"	Escadaria exterior do Palácio de São Bento	De 2015-01-21 a 2015-01-21
Representação	8 th session of the Consultative Assembly of Parliamentarians for the International Criminal Court (ICC) and the Rules of Law	Rabat, Marrocos	De 2014-12-04 a 2014-12-05
Representação	III Conferência sobre o relacionamento entre o Estado e as denominações religiosas à luz do Direito Português. A experiência da Lei da Liberdade Religiosa	Universidade Lusófona de Lisboa	De 2014-11-27 a 2014-11-27

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Tipo	Assunto	Local	Data
Representação	Cerimónia Comemorativa do 25.º Aniversário da Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança	Salado Senado da Assembleia da República	De 2014-11-20 a 2014-11-20
Representação	Cerimónia de Apadrinhamento dos Novos Alunos do Instituto dos Pupilos do Exército	Instituto dos Pupilos do Exército	De 2014-11-14 a 2014-11-14
Representação	"A Segurança na Documentação Eletrónica e a Cadeia de Identidade" - Ciclo de Conferências Migrações no Séc. XXI	Universidade de Aveiro	De 2014-11-07 a 2014-11-07
Representação	Leitura dramatizada dos textos "Feridas de Morte" por ocasião das III Jornadas Nacionais Contra a Violência Doméstica e de Género	Teatro Thalia - Lisboa	De 2014-11-04 a 2014-11-04
Representação	Exposição fotográfica "Ser Mulher, em Português"	Assembleia da República	De 2014-11-04 a 2014-11-04
Representação	Sessão de lançamento do livro "Educar, Defender, Julgar"	Biblioteca da Assembleia da República	De 2014-10-28 a 2014-10-28
Representação	Seminário "The new migration policy of Morocco and European experience: new challenges in the integration policies and practice"	Rabat - Marrocos	De 2014-10-23 a 2014-10-24
Representação	X Congresso dos Juízes Portugueses	Troia Design Hotel, em Troia	De 2014-10-02 a 2014-10-02
Representação	Apresentação pública do "Anteprojecto do Código de Processo nos Tribunais Administrativos e do Estatuto dos Tribunais Administrativos e Fiscais"	Salão Nobre do Ministério da Justiça - Praça do Comércio - Lisboa	De 2014-09-17 a 2014-09-17
Representação	Procuradoria Europeia e Pacote Legislativo sobre Protecção de Dados	Assembleia Nacional de França, Paris	De 2014-09-17 a 2014-09-17

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

12. Subcomissão de Igualdade

Subcomissão de Igualdade

A [Subcomissão de Igualdade](#) da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias é composta por 13 Deputados, nos termos seguintes:

MEMBROS	
Elza Pais, <i>Presidente</i>	PS
Ângela Guerra Carla Rodrigues Margarida Almeida Maria Paula Cardoso Mónica Ferro	PSD
Isabel Alves Moreira Pedro Delgado Alves	PS
Teresa Anjinho Teresa Caeiro	CDS-PP
Rita Rato	PCP
Cecília Honório (renunciou em 30-06-2015)	BE
José Luís Ferreira	PEV

A Subcomissão de Igualdade efetuou 17 [reuniões](#), tendo realizado 3 [deslocações](#), 1 [visita](#), 8 [audições](#), 3 [audiências](#) e 2 [eventos](#).

Audições (8)

Assunto	Entidades	Data
Audição de representantes do Centro de Estudos Judiciários sobre "A Violência Doméstica / Formação de Magistrados"	Centro de Estudos Judiciários	2015-06-25
"Avaliação das Leis de Combate à Violência Doméstica/Violência de Género"	Ordem dos Advogados	2015-04-16
Audição acerca de exposição apresentada à SCI relativa à situação laboral da cidadã após licença por gravidez de risco e licença de parentalidade	Patrícia Mendes Carrilho Guimarães	2015-02-26

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Assunto	Entidades	Data
"Avaliação das Leis de Combate à Violência Doméstica/Violência de Género"	Conselho Superior do Ministério Público; Conselho Superior da Magistratura	2015-02-10
"Avaliação das Leis de Combate à Violência Doméstica/Violência de Género"	Direção Nacional da Polícia Judiciária; Direção Nacional da Polícia de Segurança Pública; Direção de Investigação Criminal do Comando Operacional da Guarda Nacional Republicana	2015-02-06
Audição para apresentação do Relatório sobre o progresso da igualdade entre mulheres e homens no trabalho, no emprego e na formação profissional - 2013	CITE - Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego	2015-01-20
Audição da Inspeção-Geral das Atividades de Saúde [a requerimento oral Grupo Parlamento do PSD]	Inspeção-geral das Atividades de Saúde	2014-12-18
"Apresentação do Estudo sobre Violência Contra as Mulheres: Um inquérito à Escala da União Europeia"	Dr.ª Joanna Goodey, Departamento de Liberdades e Justiça da Agência dos Direitos Fundamentais da União Europeia; Prof. Doutor Manuel Lisboa, Diretor do Observatório Nacional Violência e Género, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL; Prof. Doutora Maria José Magalhães, Presidente da UMAR - União das Mulheres Alternativa e Resposta	2014-09-19

Audiências (3)

Assunto	Entidades	Data
<u>Reunião com a Presidente do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e da Criança na Guiné Bissau, para partilhar o conhecimento relativo aos avanços e desafios da Guiné-Bissau nestas matérias</u>	Prof. Malan Djassi - Líder religioso e Prof. Corânico; Fatumata Djau Baldé - Presidente do Comité Nacional para o Abandono das Práticas Nefastas à Saúde da Mulher e Criança da Guiné Bissau; Dora Tomaz - Membro da Direção da AJPAS - Associação para a Intervenção Comunitária, Desenvolvimento Social e Saúde; Alice Frade - P&D Factor	2015-05-21
<u>Audiência sobre a questão particular dos alimentos devidos a filhos maiores ou emancipados em caso de divórcio, separação judicial de pessoas e bens, declaração de nulidade ou anulação de casamento/regime de exercício das responsabilidades parentais</u>	APMJ - Associação Portuguesa de Mulheres Juristas	2015-05-07
<u>Apresentação da Agenda para a Igualdade</u>	A CASA - Centro Avançado de Sexualidades e Afetos	2014-10-16

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

Deslocações / Representações (2 representações e 1 visita)

Assunto	Local	Data
Apresentação dos projetos do Centro de Prevenção e Tratamento do Trauma Psicogénico (inclui a Unidade de Violência Familiar) e Discussão com a participação do Grupo "Violência: Informação, Investigação, Intervenção", da Rede Escola contra a Violência	Centro de Prevenção e Tratamento do Trauma Psicogénico da Unidade Sobral Cid - Serviço de Violência Familiar - Coimbra	2015-03-16
Cerimónia de atribuição das "Medalhas de Honra L'Oréal Portugal para as Mulheres na Ciência"	Pavilhão do Conhecimento, no Parque das Nações, em Lisboa	2015-01-22
"A Convenção de Istambul e os Crimes Sexuais"	Reitoria da Universidade Nova de Lisboa	2014-11-27

Outra Representações onde a Subcomissão de Igualdade esteve representada:

- **25 de maio de 2015 – Auditório Novo - VII Conferência – Crianças Desaparecidas e Exploradas Sexualmente - IAC**
Deputada Teresa Anjinho – CDS-PP
- **Comemorações do Dia Internacional das Mulheres – APMJ – 8 de março de 2015 – Deputada Elza Pais (PS)**

Eventos (2)

Tipo	Designação	Local	Data
Conferência	" <u>Cidadania e Igualdade</u> "	Auditório do Novo Edifício	2015-03-10
Outros	<u>Projeção do Filme "A Parede" - Violência Doméstica e Bullying</u>	Auditório do Novo Edifício da Assembleia da República	2014-12-02

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

13. Grupos de Trabalho

Foram constituídos os seguintes Grupos de Trabalho:

- [Grupo de Trabalho - Direito de Autor e Direitos Conexos \[PPL 245, 246 e 247/XII/3.ª \(GOV\)\] \[Encerrado\]](#)
 - **Grupo de Trabalho (informal) – Enriquecimento ilícito/injustificado [PJL 765 e 766 (BE), 782 e 803 (PCP), 798 (PSD/CDS-PP), 801 e 808 (PS)]**
 - **Grupo de Trabalho (informal) – Declaração de morte presumida [PJLs 426/XII/2.ª (PCP), 778/XII/4.ª (PS) e 781/XII/4.ª (BE)]**
- O [Grupo de Trabalho - Direito de Autor e Direitos Conexos \[PPL 245, 246 e 247/XII/3.ª \(GOV\)\] \[Encerrado\]](#) efetuou 7 [reuniões](#), 3 [audiências](#) e foi composto por:

Nome	Grupo Parlamentar	Tipo	Cargo
Maria Conceição Pereira	PSD	Efetivo	Coordenadora
Ana Sofia Bettencourt	PSD	Efetivo	
Inês de Medeiros	PS	Efetivo	
José Magalhães	PS	Efetivo	
Michael Seufert	CDS-PP	Efetivo	
Miguel Tiago	PCP	Efetivo	
Catarina Martins	BE	Efetivo	

- Na reunião da CACDLG de 17-06-2015 foi deliberado constituir o **Grupo de Trabalho (informal) – Enriquecimento ilícito/injustificado [PJL 765 e 766 (BE), 782 e 803 (PCP), 798 (PSD/CDS-PP), 801 e 808 (PS)]**, que efetuou 3 reuniões (20, 21 e 25 de maio de 2015) e foi composto por:

Nome	Grupo Parlamentar	Tipo	Cargo
Teresa Leal Coelho	PSD	Efetivo	Coordenadora
Jorge Lacão	PS	Efetivo	
Teresa Anjinho / Telmo Correia	CDS-PP	Efetivo	
António Filipe	PCP	Efetivo	
Luís Fazenda	BE	Suplente	

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- Na reunião da CACDLG de 17-06-2015 foi deliberado constituir o **Grupo de Trabalho (informal) – Declaração de morte presumida [PJLs 426/XII/2.^a (PCP), 778/XII/4.^a (PS) e 781/XII/4.^a (BE)]**, que efetuou 1 reunião (18 de junho de 2015) e foi composto por:

Nome	Grupo Parlamentar	Tipo	Cargo
<u>Maria Paula Cardoso</u>	PSD	Efetivo	Coordenadora
<u>Luís Pita Ameixa</u>	PS	Efetivo	
<u>Teresa Anjinho</u>	CDS-PP	Efetivo	
<u>Jorge Machado</u>	PCP	Efetivo	
<u>Mariana Aiveca</u>	BE	Efetivo	

Mantiveram-se em funcionamento os seguintes Grupos de trabalho:

[Grupo de Trabalho - Júri do Prémio Direitos Humanos 2014](#) (encerrado a 10-12-2014) que efetuou 2 reuniões.

[Grupo de Trabalho - Implicações Legislativas da Convenção de Istambul](#) (criado na 3.^a Sessão Legislativa) efetuou 3 reuniões.

[Grupo de Trabalho - Acompanhamento da Aplicação das Medidas Políticas e Legislativas de Combate à Corrupção](#) (criado na 1.^a Sessão Legislativa).

Grupo de Trabalho (informal) - Alteração à Lei Tutelar Educativa (criado na 3.^a Sessão Legislativa)

O [Grupo de Trabalho - Audição de Peticionantes](#) (criado na 1.^a Sessão Legislativa) efetuou 12 reuniões nas quais procedeu a 12 audições relativas às seguintes Petições:

- ✓ [Audição do primeiro subscritor da Petição n.º 509/XII/4.^a - "Pretendem que seja criado o «Dia Nacional de Combate à Homofobia» ""](#)
- ✓ [Audição da primeira subscritora da Petição n.º 485/XII/4.^a - "Solicitam a alteração da Lei n.º 69/2014, de 29 de agosto, que promove a proteção dos animais"](#)
- ✓ [Audição do subscritor da Petição n.º 470/XII/4.^a - "Solicita a alteração das Leis Eleitorais, para introdução do voto eletrónico"](#)
- ✓ [Audição dos primeiros subscritores da Petição n.º 466/XII/4.^a - «Reabertura da Comissão de Inquérito sobre o "Caso dos Submarinos" - Carta Aberta sobre o arquivamento do Processo dos Submarinos»](#)
- ✓ [Audição do subscritor da Petição n.º 480/XII/4.^a - "Pretende que seja aprovada legislação sobre o Estatuto das organizações não-governamentais de proteção civil"](#)
- ✓ [Audição dos subscritores da Petição n.º 453/XII/4.^a - "Em defesa dos serviços públicos em Sines \(tribunal, Serviço de Finanças e Centro de Saúde\) ""](#)

COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS, DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS

- ✓ [Audição dos primeiros subscritores da Petição n.º 430/XII/4.^a - "A favor da não desqualificação/extinção dos tribunais do Médio Tejo"](#)
- ✓ [Audição dos subscritores da Petição n.º 448/XII/4.^a - "Solicitam a reabertura dos Postos de Atendimento da PSP de Leça do Balio e Guifões"](#)
- ✓ [Audição dos subscritores da Petição n.º 427/XII/4.^a - "Impedir a aprovação da Proposta de Lei n.º 246/XII/4.^a - cópia privada"](#)
- ✓ [Audição dos primeiros subscritores da Petição n.º 419/XII/3.^a "Contra o encerramento do Tribunal de Sever do Vouga"](#)
- ✓ [Audição dos primeiros subscritores da Petição n.º 411/XII/3.^a - "Solicita a aprovação de uma lei de amnistia e perdão de penas"](#)
- ✓ [Audição dos primeiros subscritores da Petição n.º 408/XII/3.^a - "Solicitam a adoção de medidas no sentido de rejeitar \(revogar ou alterar\) as normas referentes à desqualificação do Tribunal da Moita constantes do decreto-lei que regulamenta a Lei de Organização do Sistema Judiciário e que estabelece o regime aplicável à organização e funcionamento dos tribunais judiciais"](#)